

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE
TURMA RET-SUS NACIONAL – SUL E SUDESTE 2017

Patrícia Rezende Canuto de Souza Rodrigues

EAD:
critérios e diretrizes para utilização em ações educacionais na ESP-MG

Rio de Janeiro

2019

Patrícia Rezende Canuto de Souza Rodrigues

EAD:

critérios e diretrizes para utilização em ações educacionais na ESP-MG

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientador: Professor Dr. Francisco José da Silveira Lobo Neto

Rio de Janeiro

2019

Catálogo na Fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

R696e Rodrigues, Patrícia Rezende Canuto de Souza
 EAD: critérios e diretrizes para utilização em
 ações educacionais na ESP-MG / Patrícia Rezende
 Canuto de Souza Rodrigues. - Rio de Janeiro,
 2019.
 71 f.

 Orientador: Francisco José da Silveira Lobo
 Neto

 Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
 Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
 Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
 Rio de Janeiro, 2019.

1. Educação a Distância. 2. Tecnologia da
Informação. 3. Educação Profissionalizante.
4. Educação Continuada. I. Lobo Neto, Francisco
José da Silveira. II. Título.

CDD 371.35

Patrícia Rezende Canuto de Souza Rodrigues

EAD:
critérios e diretrizes para utilização em ações educacionais na ESP-MG

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em 29/05/2019

BANCA EXAMINADORA

Dr. Francisco José da Silveira Lobo Neto – FIOCRUZ/EPJSV

Dr. Sérgio Ricardo Oliveira – FIOCRUZ/EPJSV

Dra. Ana Paula Abreu Fialho Campos da Paz – FIOCRUZ/ENSP

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV e seus excelentes professores, pela oportunidade de participar como aluna do Mestrado, que ampliou meus conhecimentos, meu olhar sobre o mundo e minha criticidade!

Agradeço à equipe administrativa da EPSJV: Cláudia, Patrícia, Micheli, Cristiane e outras que colaboraram a cada ida nossa ao Rio. Obrigada pelo carinho e acolhida!

Agradeço ao meu brilhante orientador: Professor Lobo, que com sua sabedoria e tranqüilidade, guiou-me na construção desse trabalho. Sinto-me privilegiada por ter sido sua orientanda e aprender tanto com você!

Agradeço aos colegas de turma: Os debates, as experiências compartilhadas e o companheirismo nessa jornada foram fundamentais para eu chegar até aqui.

Agradeço à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, meu local de trabalho, com seus desafios e encantos, pela oportunidade de dispor de parte do horário de trabalho para o aperfeiçoamento da prática e por ser um campo tão fértil a novos aprendizados.

Agradeço aos colegas da “ATES”: Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde- pela compreensão das ausências, por ser um suporte durante estas, ainda que representasse maior volume de trabalho. Obrigada ainda, por todas as reflexões compartilhadas. Vocês não imaginam o quanto me ajudaram na escrita desse trabalho!

Agradeço às colegas da ESP e de Mestrado, pela companhia desfrutada durante as estadias, pelas refeições compartilhadas recheadas de dialética, pelos surtos compartilhados diante dos trabalhos e escrita, e pelo ombro amigo quando a saudade de casa apertava!

Agradeço em especial a minha família: Pais, irmãos, sogra e cunhados, por me apoiarem e segurarem a onda durante minhas ausências nesse período, que não foram poucas. Sem vocês eu não teria conseguido!

Como já dizia Santo Agostinho, sem amor, eu nada seria! Assim, agradeço a Júlio César, meu amor, pelo incentivo, pela força, por acreditar no meu potencial, por segurar a onda durante as minhas ausências e durante a escrita do trabalho, mesmo que eu quisesse ir ao sacolão. A Lucas, meu filho, por ter “sobrevivido” às minhas ausências: espero que de alguma forma eu seja um bom exemplo para você!

Por fim, agradeço a Deus.

RESUMO

Esse estudo visa a proposição de critérios e diretrizes para aplicação de recursos das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC's, quando for o caso, nas ações educacionais presenciais, a distância e mistas (“blended learning”), ofertadas pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG. A partir do histórico da Educação a Distância na ESP-MG e do momento vivenciado de reimplantação da EaD na escola, fez-se necessário percorrer o caminho no sentido de contribuir para a efetivação da EaD como ferramenta de Educação Permanente em Saúde. Dessa forma, foi realizada revisão bibliográfica sobre as temáticas: Educação e Educação a Distância, Educação Permanente em Saúde e Tecnologias: desenvolvimento e usos. A partir da revisão, passou-se à análise documental, tendo como referência: A legislação federal, estadual e documentos internos da ESP-MG. A partir da análise documental e das reflexões desencadeadas pela revisão bibliográfica, foi possível propor critérios, que teriam caráter norteador do processo de trabalho da ESP-MG, ao trazer mais clareza sobre em quais situações é recomendável a utilização dos recursos de TDIC nas ações educacionais. Já as diretrizes, entendidas aqui como orientações a serem seguidas para que, optando-se pela utilização das TDICs, os preceitos da EPS sejam contemplados.

Palavras-chave: Tecnologia na educação, Educação a Distância, Educação Permanente em Saúde.

SUMMARY

This study aims at proposing criteria and guidelines for the application of Digital Information and Communication Technologies (TDIC) resources, when applicable, in the face-to-face, distance and blended learning actions offered by the School of Public Health of the State of Minas Gerais - ESP-MG. Based on the history of distance education in ESP-MG and the experienced experience of re-implantation of ED in school, it was necessary to take the path to contribute to the effectiveness of ED as a tool of Permanent Education in Health - EPS. Thus, a bibliographical review was carried out on the themes: Education and distance education, Permanent Education in Health and Technologies: development and uses. From the review, we proceeded to the documentary analysis, having as reference: The federal, state and internal documents of the ESP-MG. From the documentary analysis and the reflections triggered by the bibliographic review, it was possible to propose criteria that would guide the work process of the ESP-MG, by bringing more clarity about the situations in which it is recommended to use the resources of TDIC in educational actions. The guidelines, understood here as guidelines to be followed so that, by opting for the use of the TDICs, the precepts of the EPS are contemplated.

Keywords: Technology in education, Distance education, Permanent Education in Health.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Textos com a temática: SUS e Educação Permanente em Saúde

Quadro 2: Textos com a temática: Educação e Educação a Distância

Quadro 3: Textos com a temática: Tecnologia e uso de tecnologia na educação

Quadro 4: Leis Federais

Quadro 5: Legislação estadual

Quadro 6: Documentos da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

LISTA DE SIGLAS

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ATES – Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEBES – Centro Brasileiro de Estudos da Saúde
CES – Conselho Estadual de Saúde
CONASS - Conselho Nacional dos Secretários de Saúde
CONASEMS - Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde
COSEMS – Conselho dos Secretários Municipais de Saúde
CGR – Colegiado de Gestão Regional
CIES- comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço
EaD – Educação a Distância
EPS - Educação Permanente em Saúde
ESP-MG – Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
ETSUS – Escolas Técnicas do SUS
IES - Instituições de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA – Metodologias ativas
MEC - Ministério da Educação
MS- Ministério da Saúde
NEAD – Núcleo de Educação a Distância
OPAS – Organização Panamericana de Saúde
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEEPS - Planos Estaduais de Educação Permanente em Saúde
PNEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROEPS-SUS - Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS
SEPLAG: Secretaria de Planejamento e Gestão
SUS – Sistema Único de Saúde
SISAB - Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica
TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	9
1.1 - História da Educação a Distância (EaD) na ESP-MG	11
1.2 - Objetivos	15
1.3 - Desenvolvimento.....	16
2 - REFERÊNCIAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
3 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (EPS)	28
4 - ANÁLISES E DISCUSSÕES	43
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	66

1 - INTRODUÇÃO

Não é segredo que a sociedade atual vive um tempo em que as mudanças ocorrem em alta velocidade. Novos conhecimentos são produzidos, outros tornam-se obsoletos, exigindo-se cada vez mais dos profissionais uma constante busca por atualizações e novos conhecimentos. As tecnologias de informação e comunicação contribuem sobremaneira para a divulgação desse conhecimento, tornando o processo ainda mais veloz.

No âmbito da saúde, esse cenário é notável, visto que novas doenças, novas causas (virais ou bacterianas) e novos equipamentos são descobertos. O que obriga os trabalhadores em saúde – dos diversos níveis e formação- a busca constante por novos conhecimentos e aperfeiçoamento que contribuam para uma prática qualificada de assistência à saúde.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, declarou que a saúde é direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Definiu ainda, em seu artigo 198, que “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”. Posteriormente, a lei 8.080, de 19 de Setembro de 1990, regulamentou os artigos da Constituição referente à criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora a criação do SUS seja uma conquista importante para a população, a oferta de assistência em saúde com qualidade tem se traduzido em um grande desafio. Nesses 30 anos desde a sua criação, ora lidamos com retrocessos, ora com avanços. Para ilustrar os retrocessos vivenciados recentemente, temos a

Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC nº 95/2016), que limita, por 20 anos, a ampliação dos gastos com a saúde; a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (agosto de 2017), que desestrutura a estratégia de organização do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da atenção básica; a proposta de criação de planos populares de saúde, do Ministro da Saúde; e a legitimação de tal proposta por meio do Projeto de Lei dos Planos de Saúde. Rizzotto (2017)

Exemplificando o que podemos considerar como avanço, foi a elaboração da Portaria GM nº 198, de 13 de fevereiro de 2004, do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (EPS). No entanto, essa portaria foi reformulada pela Portaria GM 1.996 de 20 de agosto de 2007, que dispôs sobre diretrizes para implementação da Política de EPS, o que trouxe mudanças na organização da política nos estados (CARDOSO *et al*, 2016).

Do ponto de vista conceitual, essas portarias apontam que a EPS proporciona uma interlocução entre o ensino da saúde e as ações de serviços em saúde, caracterizando o

trabalho como um local de aprendizagem, incluindo-se nesse cenário a gestão e o controle social, traduzindo-se no conceito de quadrilátero da formação. Assim, a EPS tem como objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações (relação ensino-atenção), da gestão setorial e do controle social em saúde (relação gestão-controle social) (CECCIM, FEUERWERKER, 2004).

É importante destacar, que a política de EPS nasceu em um cenário de contradições, uma vez que, conforme aponta Ramos (2012) as “Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) não assumiram qualquer protagonismo na política de educação permanente. Ao contrário viram-se como mais um dos participantes dos pólos, o que foi alvo de críticas (...)” (p. 70)

Apesar disso, as instituições que ofertam ações educacionais cujo público alvo é o trabalhador do SUS, apropriaram-se do arcabouço conceitual da política. Conforme apontam Cardoso et al (2016)

os princípios, as bases e os conceitos da EPS “pegaram”, colaram-se definitivamente às práticas e atividades das Escolas em seus territórios, de um modo tal que mesmo ações antes não consideradas como sendo de EPS terminaram por ser executadas segundo os princípios da problematização, da dialogia entre ensino e serviço, do compartilhamento de saberes e experiências, da aprendizagem significativa. (p.11)

Nesse sentido, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), que “desde a sua criação, em 1946, comportou-se como suporte no âmbito da formação dos recursos humanos necessários à política de desenvolvimento sanitário no Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2015, p.7). Assim, desde a criação do SUS, a ESP-MG já qualificou “cerca de 300 mil trabalhadores da saúde pública (...), com o envolvimento de mais de 9000 docentes, técnicos e auxiliares em atividades educacionais de aperfeiçoamento, formação e especializações profissionais.” (MINAS GERAIS, 2014)

Ciente da importância na condução desta política no estado, a ESP-MG traz a seguinte premissa em sua missão: “Fortalecer o SUS, produzindo e disseminando conhecimentos junto a usuários, trabalhadores e gestores, por meio de ações educacionais e de pesquisa, com a Educação Permanente em Saúde (EPS) como referencial político-pedagógico”. (MINAS GERAIS, 2017).

Ainda assim, a efetivação da missão da escola enseja um grande desafio: a dimensão territorial do estado: são 853 municípios, distribuídos em 586.528 km², apresentando características muito díspares.

1.1 - História da Educação a Distância (EaD) na ESP-MG

A Educação a Distância, (EaD), ampliada nos últimos anos pelo uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, manifestou-se como uma ferramenta com potencial para ampliar o acesso e minimizar dificuldades inerentes às ações educacionais planejadas para os trabalhadores do SUS em Minas Gerais.

Em 2009, foi ofertado o primeiro curso a distância na ESP-MG: “Qualificação Pedagógica em Educação Profissional em Saúde”. Com carga horária de 100 (cem) horas e voltado para atender aos profissionais cirurgiões-dentistas que atuaram como docentes no Curso Técnico em Saúde Bucal. O curso contava com 1 (um) encontro presencial e o restante da carga horária foi realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), *MOODLE*: “**M**odular **O**bject **O**riented **D**istance **L**Earning, um sistema de gerenciamento para criação de cursos online. Trata-se de um software livre, de interface amigável, desenvolvido de forma colaborativa, muito utilizado nas ações educacionais a distância. Considerando o ranking mundial dos países que utilizam essa plataforma, o Brasil está em terceiro lugar, conforme aponta as estatísticas disponibilizadas pela comunidade de desenvolvedores do *MOODLE*. Outros cursos também foram ofertados nesta modalidade, como a “Qualificação Pedagógica em Educação na Saúde” e a “Qualificação Pedagógica em Educação Profissional na Saúde”. (MINAS GERAIS,2015, p.10).

Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico da ESP-MG (PPP), a EaD era feita por uma “estrutura de apoio” da Superintendência de Educação, o Núcleo de Educação a distância (NEAD). Sua equipe era formada por: 2 (dois) pedagogos, 1 (um) profissional de saúde, 1 (um) *webdesigner* e 1(um) programador. No entanto, o vínculo desses profissionais com a escola era frágil, uma vez que nem todos eram efetivos. Então, com o intuito de fortalecer a EaD, em 2013, foi realizado um Concurso Público, com vagas para dois cargos cuja área de conhecimento era educação a distância.

Ainda em 2013, foi aprovado na reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) CIB/SUS-MG número 1.390 de 2013, o Projeto ESP XXI, um projeto da ESP-MG em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

(UNESCO), que trazia como objetivo geral “Consolidar a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais como referência na construção de conhecimento, políticas de educação em saúde, pesquisa, qualificação, capacitação e formação profissional”. Nesse cenário, um dos resultados esperados desse Projeto era que o Modelo de Educação a Distância da ESP-MG estivesse sistematizado e definido.

Ao final de 2013, o Canal Minas Saúde, uma estrutura ligada diretamente ao Gabinete do Secretário de Saúde de Minas Gerais, que foi criada para qualificação das equipes de saúde da família dos municípios mineiros por meio da oferta de cursos a distância, foi incorporado à estrutura da ESP-MG, pelo o artigo 31, da Lei 21.077 de 27 de dezembro de 2013. Com essa incorporação e devido às fragilidades da infraestrutura tecnológica da ESP, o NEAD foi acoplado à equipe do Canal, em meados de 2014. É válido destacar que grande parte dos profissionais que atuavam no Canal eram terceirizados. Era um vínculo mais frágil e os funcionários estavam prestes a serem desligados, devido à existência dos efetivos na ESP-MG. Isso fez com que o trabalho não fosse repassado, inviabilizando sua apropriação pelos trabalhadores da ESP-MG.

Em abril de 2014, o Projeto ESPXXI iniciou suas atividades. A ideia era que as ações desencadeadas em virtude do desenvolvimento do projeto fossem concretizadas na escola. Assim, o projeto foi dividido para operacionalização em subprojetos e cada sub-projeto, constitui-se em um grupo de trabalho formado pelos trabalhadores da escola, que foram convidados e encorajados a participar. No caso do subprojeto: Modelo de EaD sistematizado e definido”, o grupo de trabalho formou-se por trabalhadores com conhecimento em EaD (já nomeados do Concurso Público supracitado) e também aqueles que tinham interesse pela temática. Isso nos mostra que, de alguma forma, a instituição, desde a experiência vivenciada em 2009 e apesar dos percalços nessa trajetória, percebia a potencialidade que a EaD poderia trazer para efetivação de sua missão.

Ao final de 2014, a empresa que fornecia estrutura tecnológica e mão de obra para o Canal Minas Saúde, rompeu unilateralmente o contrato com a ESP-MG, retirando do ar todos os cursos a distância já ofertados. A partir desse acontecimento, os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho da EaD no âmbito do Projeto ESP XXI, direcionaram-se para a reestruturação da EaD na escola, com vistas a construir um modelo de EaD que fosse financeiramente sustentável e perene.

As primeiras ações do grupo consistiram no levantamento de informações sobre as necessidades existentes para a definição de um modelo da EaD para a ESP-MG. Para isso, foram realizadas visitas técnicas às instituições públicas e privadas que utilizavam a EaD em

suas ações educacionais, o que proporcionou o conhecimento das práticas pedagógicas adotadas e da infraestrutura tecnológica utilizada. Na sequência, contratou-se consultorias para apoiar na definição das estruturas tecnológicas a serem utilizadas e adotadas pela instituição e para apoiar o grupo nas definições de âmbito pedagógico, organização e gestão do trabalho em EaD. Essas iniciativas partiram da premissa de que o modelo de EaD a ser adotado pela instituição deveria ser técnico e financeiramente sustentável.

Em 2016, a partir da Lei nº 22.257/2016 (Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais) e de Diretrizes orientadoras da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) para a revisão do Decreto de Competências do órgão, foi criada uma estratégia segundo a diretriz de gestão participativa, em que os trabalhadores foram convidados a apresentar impressões e sugestões sobre o processo de revisão da estrutura e das competências da ESP-MG, que subsidiassem a elaboração da proposta pelo Grupo de Trabalho.

A partir das contribuições dos trabalhadores e discussões posteriores realizadas pelos Grupos de Trabalho, criou-se em Maio de 2017, a Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde (ATES) que tem por competência: planejar, implementar ações de educação a distância e presencial com o uso de tecnologias digitais da informação e da comunicação em ações de educação permanente em saúde. Além disso, destaca-se a maior parte dos trabalhadores dessa Assessoria fez parte do Grupo de Trabalho do Projeto ESPXXI, contribuindo sobremaneira para a consolidação do setor.

O resgate histórico da EaD na ESP-MG e as experiências vivenciadas por mim desde a nomeação em 2014, nos mostram que, embora a EaD na ESP-MG existiu 2009, ela foi marcada por interrupções, algumas vezes ocasionadas por questões internas (infraestrutura tecnológica e recursos humanos), e em outro momento por questões políticas, como mudança de governo. Ainda assim, os trabalhadores da instituição apostaram na utilização dessa ferramenta em suas ações educacionais, o que se comprova pela realização de concurso público e criação da ATES.

Temos assim, um cenário marcado por contradições que traz a esta pesquisadora, algumas inquietações: O que irá assegurar a perenidade da EaD na escola? Considerando que a ESP-MG está reimplantando a EaD, qual o nosso conceito de educação a distância? Quais os modelos de EaD existentes e como eles se aplicam nas ações de EPS? Como atrair a adesão de outros trabalhadores à utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), de modo a consolidar a educação a distância na escola? Essas questões nos levam a uma hipótese central: A ausência de critérios e diretrizes quanto à aplicação dos recursos de

TDICs nas ações educacionais presenciais, a distância ou mistas, ofertadas pela referida Escola, de forma que a Educação Permanente em Saúde seja efetivamente potencializada por estas ferramentas, compromete o objetivo maior da instituição.

A EaD, nos dias atuais, pressupõe a utilização dos recursos de TDICs e possui potencial para ampliar o acesso às ações educacionais ofertadas pela ESP-MG para os trabalhadores do SUS. No entanto, a escolha pela utilização da tecnologia, deve passar por um olhar crítico, para que esta alternativa não se traduza em mais um discurso hegemônico sobre a adoção de tecnologias. Assim, compreendemos como afirma Paiva-Gutierrez (2014): “que a tecnologia deve ser pensada dentro das relações históricas, sociais, culturais e de poder. (...)” (p.112)

Por isso, ao defendermos a utilização da EaD pela ESP-MG, não significa que ela seja melhor do que a educação presencial. Em verdade, é necessário, romper com a dicotomia existente entre educação presencial e a distância. Na tentativa de superar essa dicotomia, Lobo Neto aponta:

“ primeira verdade da EAD é que ela, por tudo e em tudo, é a mesma EDUCAÇÃO de que sempre tratamos e que sempre concebemos como direito preliminar de cidadania, dever prioritário do Estado Democrático, política pública básica e obrigatória para ação de qualquer nível de governo(...)”(p.1, 2006)

De fato, essas duas modalidades guardam características específicas, mas não precisam ser excludentes. Essa é a proposta dos modelos híbridos ou *blended learning*: uma possibilidade que traz equilíbrio e que pode agregar às ações educacionais qualidade, mesclando momentos presenciais e momentos a distância, com a utilização dos recursos de TDICs. De acordo com Zanotto et al (2014)

“Os modelos híbridos, quando projetados e implantados com sucesso, possibilitam que os estudantes frequentem os espaços físicos da universidade para realização de algumas atividades, enquanto outras são realizadas via Internet, aproveitando as potencialidades dos dois ambientes.” (p. 7)

Considerando a importância da EPS como fortalecedora do SUS, as rápidas transformações da sociedade moderna e a educação a distância, percebe-se que a EaD pode ser um dos pilares para a transformação das práticas dos trabalhadores do SUS. Oliveira (2007), acredita que mesmo com os desafios, que precisa e pode enfrentar, a EaD como modalidade de ensino e aprendizagem é uma nova perspectiva para área de saúde (...)Para

tanto, utiliza-se de uma multiplicidade de recursos pedagógicos com o objetivo de facilitar a construção do conhecimento.

Importante destacar, porém, que a EaD sozinha, não pode ser vista sem passar pelos princípios da educação profissional básica e permanente, como a redentora e solucionadora de todos os problemas de qualificação profissional encontrados na assistência à saúde, o que seria uma visão fetichizada.(PAIVA-GUTIERREZ, 2014).

No entanto, considerando a potencialidade desta ferramenta, é fundamental a elaboração de critérios para a utilização de recursos das TDIC nas ações educacionais presenciais, para que a EPS seja efetivamente potencializada por essa ferramenta. Do contrário, há sérios riscos de estarmos apenas transpondo para os meios virtuais, um tipo de educação tradicional, bancária, que não possibilita aos alunos -trabalhadores do SUS- uma reflexão crítica sobre sua prática que proporcione mudanças nos processos de trabalho.

Assim, esse contexto é extremamente favorável para a realização do estudo e posterior aplicação do conhecimento produzido sobre a temática. Ademais, Vargas aponta:

Os estudos envolvendo a formação/qualificação de trabalhadores no contexto do SUS, na modalidade EAD, contemplam aspectos teóricos, de modo diverso, com variações de concepções e práticas. Quanto aos aspectos metodológicos, percebeu-se que os autores trabalharam mais com relatos de experiências do que com estudos qualitativos mais complexos, até pela própria incipiência dos estudos na abordagem qualitativa que tratam o tema no Brasil (VARGAS, 2016).

Isso indica a necessidade de se produzirem mais estudos de caráter qualitativo sobre a temática. Diante de tudo que foi exposto, o desenvolvimento dessa dissertação aponta para contribuições que impliquem na mudança de práticas na ESP-MG, e que podem se expandir para outras instituições formadoras do SUS que utilizem ou tenham interesse em utilizar a EaD como ferramenta de EPS.

1.2 Objetivos

Assim, temos que o **objetivo geral** desse estudo é propor critérios e diretrizes para aplicação de recursos das TDICs, quando for o caso, nas ações educacionais presenciais, a distância e mistas (“blended learning”), ofertadas pela referida escola. Dessa forma, os critérios teriam caráter norteador do processo de trabalho da ATES, ao trazer mais clareza sobre em quais situações é recomendável a utilização dos recursos de TDIC nas ações educacionais. Já as diretrizes, entendidas aqui como orientações a serem seguidas para que, optando-se pela utilização das TDICs, os preceitos da EPS sejam contemplados. Os

objetivos específicos consistem em: Sistematizar a conceituação de Educação, Educação a Distância e seus pressupostos legais; caracterizar a Educação Permanente em Saúde e seus pressupostos metodológicos, problematizar a utilização das tecnologias em educação, identificar a aplicação das TDICs em atividades educacionais de formação dos trabalhadores em saúde, atendendo aos preceitos da EPS.

1.3 Desenvolvimento

O texto está organizado em capítulos, quais sejam: Introdução, que traz uma contextualização sobre a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais e sobre a utilização da EaD em suas ações educacionais, além dos objetivos dessa dissertação. O capítulo 2 apresenta as referências e procedimentos metodológicos do estudo proposto. Na sequência, no capítulo 3 denominado: “*Educação (também a distância)*”, iniciamos as discussões para sistematizar as concepções de educação, educação a distância, identificando aproximações ou distanciamento com os documentos legais da ESP-MG e referências correlatas no iremos sistematizar. O capítulo seguinte 4): “*Tecnologias: desenvolvimento e usos*” apresentará reflexões sobre as tecnologias, a presença delas em nossas vidas e sua utilização na EaD. Já no capítulo 5, “*Educação Permanente em Saúde*” será abordada a trajetória da EPS, seus pressupostos metodológicos e os desafios contemporâneos. Por fim, o capítulo 6 “*Análises e discussões*” trará as categorias de análise e estudo da análise documental, seguidos de considerações finais.

2 – REFERÊNCIAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para buscar respostas ao problema construído, num movimento de aproximação com a realidade, esta pesquisa foi desenvolvida à luz do método qualitativo.

O método qualitativo, de acordo com Minayo (2014), “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (...)”(p.57). A autora acrescenta ainda que esse método é marcado pela empiria, ou seja, pela experiência vivida no cotidiano.

Assim, considerando-se a necessidade de ampliar a compreensão da realidade, permeada por relações, conflitos e desafios referentes ao uso das TDIC nas ações educacionais ofertadas pela ESP-MG a pesquisa qualitativa traduz-se num caminho necessário, a fim de que sejam propostos critérios e diretrizes para a utilização desses recursos,

Por outro lado, há o risco de que as análises aqui empreendidas sejam superficiais e simplistas, já que as inquietações dessa pesquisadora nasceram da experiência vivenciada na escola. Como reconhece Minayo (2014, p. 41) “os pesquisadores são, dialeticamente, autores e frutos de seu tempo histórico”.

A partir desse entendimento, num esforço para reduzir a parcialidade e ponto de vista pessoal, faz-se necessário realizar a objetivação que é:

O processo de investigação que reconhece a complexidade do objeto das ciências sociais, teoriza, revê criticamente o conhecimento acumulado sobre o tema em pauta, estabelece conceitos e categorias, usa técnicas adequadas e realiza análises ao mesmo tempo específicas e contextualizadas. (Minayo, 2014, p.62)

Dessa forma, para realização desta pesquisa, o primeiro passo foi realizar uma pesquisa bibliográfica sobre os temas-chave do problema apresentado: educação em seu sentido mais amplo, educação a distância e a utilização de tecnologias na educação, e sobre trajetória da educação permanente em saúde, muitas vezes compreendida como educação continuada. Para compreender os meandros da Política de Educação Permanente em Saúde é preciso partir de sua origem, o Sistema Único de Saúde – SUS, como um sistema que foi idealizado e conquistado como direito na constituição, mas que vem sofrendo diversos

ataques. Assim, também foram pesquisados textos que apresentassem uma análise atual sobre esse sistema.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir de material já elaborado, por exemplo livros e artigos científicos (Gil, 2008, p.50). Assim, o objetivo é, por meio da teoria e do conhecimento já produzido sobre as temáticas assinaladas, realizar uma revisão crítica, a fim de indicar categorias para a análise documental, buscando objetivar a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica sobre a trajetória da EPS e SUS foi realizada, sobretudo na base de dados da SCIELO, em publicações de entidades da saúde como: Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e revista POLI – Saúde, educação e trabalho, publicação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), além de livros e capítulos.

Os textos foram selecionados para traçar um panorama sobre a Educação Permanente em Saúde - EPS. Assim, o texto de Ceccim e Feuerwerker de 2004, ano de publicação da Portaria que instituiu a política da EPS, traz o conceito de quadrilátero da formação, na perspectiva da EPS. O texto de Mitre e colaboradores, em 2008, apresenta uma discussão acerca da utilização das metodologias ativas na formação profissional em saúde, o que aponta para o distanciamento de uma formação mecânica e automatizada, e, ao mesmo tempo, aproxima-se das reflexões propostas pelas EPS.

Ramos, em 2012, traz uma sistematização das concepções de educação existentes, passando por conceitos como o de politecnia e de ensino em serviço. Esse último conceito se aproxima da EPS, e de que forma ele foi apropriado pelas Escolas Técnicas do SUS, ainda que elas não tenham participado de maneira efetiva da construção da política.

Publicado em 2014, o texto de Merhy e Feuerwerker, também lançam um olhar sobre o conceito de educação permanente, sua origem, como ele chega até a saúde e aspectos de sua implementação. Já o texto de Gigante e Campos, de 2016, apresenta a trajetória da EPS a partir das relações entre as demandas que fizeram parte das Conferências de Saúde e o texto legal. Além disso, explicita a diferença entre educação permanente em saúde e educação continuada e apresenta a incorporação das metodologias ativas como referencial pedagógico nas práticas de EPS.

O texto de Silva, Matos e França, publicado em 2017, analisa as práticas de educação permanente em saúde (EPS) e as suas repercussões no processo de trabalho dos atores envolvidos, em Minas Gerais. As autoras também apresentam a relação entre a origem do SUS e da EPS, buscam estabelecer as diferenças entre educação permanente em saúde e educação continuada, assim como Gigante e Campos (2016).

Em Cardoso e colaboradores (2017), o olhar é direcionado para os objetivos da PNEPS, as bases conceituais da EPS e a implementação da EPS pelas escolas de saúde pública.

Por fim, o texto de Rizzoto, de 2018, faz uma reflexão desde a criação do SUS até o cenário atual de cortes de gastos e desmontes do sistema. Ele é importante exatamente porque a Educação Permanente em Saúde acontece no e para o SUS. Os textos selecionados estão esquematizados no Quadro 1:

Título	Ano	Autores	Síntese	Conceitos-chave
O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social.	2004	CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C. M..	Apresenta o conceito de quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social.	Educação permanente em saúde, quadrilátero da formação, transformação de práticas profissionais.
Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais.	2008	MITRE, Sandra Minardi et al	O objetivo é discutir as principais transformações metodológicas no processo de formação dos profissionais de saúde, com ênfase na apreciação das metodologias ativas de ensino-aprendizagem.	Rediscussão dos processos de ensino-aprendizagem, metodologias ativas, problematização
Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde	2012	RAMOS, Marise	Traz uma sistematização das concepções de educação existentes, passando por conceitos como o de politecnia e de ensino em serviço. Apresenta ainda uma análise os referenciais teóricos que orientam as políticas e práticas da educação profissional em saúde no Brasil.	EPS e SUS, participação - ou ausência, das ETSUS na formulação da PNEPS, EPS.
Educação Permanente em Saúde: educação, saúde, gestão e produção do cuidado.	2014	MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz	Aprofunda o debate acerca da Educação Permanente em Saúde.	Origem do conceito de educação permanente, como esse conceito chega à saúde, educação permanente como um conceito de gestão, aspectos de sua implementação.

Política de formação e educação permanente em saúde no Brasil: bases legais e referências teóricas.	2016	GIGANTE, Renata Lúcia; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa	Identifica as inter-relações entre os documentos das Conferências Nacionais de Saúde e os textos oficiais relacionados ao SUS, relacionando-os ainda, à incorporação de novos referenciais pedagógicos.	Trajetória da EPS, diferenciação educação continuada e educação permanente em saúde, metodologias ativas
A construção da educação permanente no processo de trabalho em saúde no estado de Minas Gerais, Brasil.	2017	SILVA, Kênia Lara; MATOS, Juliana Alves Viana, FRANÇA, Bruna Dias.	Analisa as práticas de educação permanente em saúde (EPS) e as suas repercussões no processo de trabalho dos atores envolvidos.	Relação entre a origem do SUS e surgimento da EPS, capacitação educação permanente em saúde, trajetória EPS, EPS e dialética
A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática	2017	CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo; et al	Analisa aspectos da implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, do Ministério da Saúde, tendo como referência as experiências das Escolas de Saúde Pública	Objetivos da PNEPS, bases conceituais da EPS, implementação da EPS pelas escolas de saúde pública
Justiça social, democracia com direitos sociais e saúde: a luta do Cebes.	2018	RIZZOTO, Maria Lúcia Frizon	O texto traz uma reflexão desde a criação do SUS até o cenário atual de cortes de gastos e desmontes do sistema.	Criação do SUS, Emenda Constitucional de 2016, crescimento do setor privado na saúde.

Quadro 1: Textos com a temática: Educação Permanente em Saúde e SUS

No que concerne à temática da educação e educação a distância, tecnologias e sua utilização na educação, foram consultadas a base de dados da SCIELO e textos de pesquisadores e estudiosos dos temas, sugeridos pelo orientador e pela banca de qualificação. Os textos selecionados estão organizados no Quadro 2: Educação e educação a distância.

Essas temáticas estão aglutinadas porque acreditamos que elas são uma unidade. Assim, os textos escolhidos abordam inicialmente o tema educação. Brandão, em 1984, aponta que a educação não acontece somente em escolas e em situações planejadas. Sobre o

modelo de educação brasileiro, constata: é desigual e excludente, como forma de reprodução da sociedade capitalista. Apesar disso, ele defende que a educação pode ser reinventada.

Consoante ao texto apresentado por Brandão (1984), Paulo Freire, em 1987, na obra *Pedagogia do Oprimido*, também reconhece a necessidade de um novo modelo de educação, que contribua para a transformação do sujeito crítico em oposição à pedagogia “bancária” da classe dominante, que contribua para a transformação do sujeito crítico. Kuenzer, em 2007, vem ressaltar a dualidade estrutural que se manifesta na educação básica e profissional, frutos do regime de acumulação flexível.

Nas leituras realizadas sobre Educação Permanente em Saúde, falou-se muito em aprendizagem significativa. A fim de ampliar a compreensão sobre essa temática, buscou-se em Moreira (1997) a explicação sobre teoria da aprendizagem significativa na visão de diversos autores construtivistas. A partir disso, ele aponta a teoria de David Ausubel como aquela que melhor se adapta à realidade do professor em sala de aula.

No livro: *Escola e Democracia*, que já está em sua 43ª edição, Dermeval Saviani apresenta as teorias da educação e suas relações com a sociedade ao longo do tempo, buscando apresentar uma teoria que contribua para a superação da marginalidade, assim como havia sinalizado: Brandão, Freire e Kuenzer.

No âmbito da educação a distância, Lobo-Neto, em 2006, destaca a importância do conhecimento sobre os processos que conduzem à produção dos textos legais, com destaque para a educação e mais especificamente a educação a distância, destacando a necessidade de um olhar crítico para a legislação. Com esse olhar, fez-se necessário re-conhecer o histórico e modelos de EaD, por meio da obra de Maia e Mattar (2007).

Ainda em 2007, Oliveira aponta para possibilidades e desafios na utilização da educação a distância para as ações de educação permanente em saúde. Também com o olhar voltado para a formação/qualificação dos trabalhadores do SUS, estudo realizado por Vargas e colaboradores (2016) buscou caracterizar as concepções teórico-pedagógicas amparadas nesse contexto. Por fim, publicado em 2018, a obra coletiva, organizada por Daniel Mill: *Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância*, apresenta explicações sobre palavras e expressões relevantes para esse trabalho. Os textos estão sintetizados conforme Quadro 2:

Título	Ano	Autores	Síntese	Conceitos-chave
O que é educação	1984	BRANDÃO, Carlos Rodrigues	Brandão aponta que a educação não acontece somente em escolas e em situações planejadas. Como exemplo, ele cita como ocorre a educação nas aldeias. Partindo da origem de alguns modelos de educação, como a grega e romana, chegamos ao modelo brasileiro, que constata: é desigual e excludente, como forma de reprodução da sociedade capitalista. Apesar disso, ele defende que a educação pode ser reinventada.	Questões importantes sobre educação, utopismo pedagógico, classe e educação
Pedagogia do Oprimido	1987	FREIRE, Paulo	O autor explica a importância e necessidade de uma pedagogia dialógica que contribua para a transformação do sujeito crítico em oposição à pedagogia “bancária” da classe dominante, que contribua para a transformação do sujeito crítico.	Educação bancária, educação dialógica, educação problematizadora.
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: UM CONCEITO SUBJACENTE	1997	MOREIRA, Marco Antônio	Moreira apresenta a teoria da aprendizagem significativa na visão de diversos autores construtivistas. A partir disso, ele aponta a teoria de David Ausubel como aquela que melhor se adapta à realidade do professor em sala de aula.	Aprendizagem significativa, mapas conceituais, construção do conhecimento humano.
Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente	2007	KUENZER, Acácia	Acácia Kuenzer propõe-se a demonstrar que a relação entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível se expressa através de uma diferente forma de materialização da dualidade estrutural	Dualidade estrutural, educação básica e profissional, educação na acumulação flexível.
Educação a distância: Formas e Normas.	2006	NETO, F. J. S. L	O autor apresenta a importância do conhecimento sobre os processos que conduzem à produção dos textos legais, com destaque para a educação e mais especificamente a educação a distância, destacando a necessidade de um olhar crítico para a legislação.	Legislação, educação a distância, regulamentação da educação a distância.

ABC da EaD.	2007	MAIA, Carmen; MATTAR, João.	Traz a história da EaD no Brasil e no mundo, modelos que vem sendo praticados.	História da eaD, modelos de EaD, papeis do aluno e professor na eaD, direitos autorais.
Educação à Distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios	2007	OLIVEIRA, Marluce Alves Nunes	Objetiva fazer uma reflexão sobre Educação a Distância e apresentar-lhe os limites e as possibilidades, como estratégia de educação permanente do enfermeiro de CC frente às novas tecnologias	Educação a Distância; Educação Permanente; Tecnologia de Centro Cirúrgico.
A educação a distância na qualificação de profissionais para o Sistema Único de Saúde: metaestudo.	2016	VARGAS, F. M. A et al.	Os autores buscaram caracterizar concepções teórico-pedagógicas em educação a distância na formação/qualificação de trabalhadores do Sistema Único de Saúde e identificar cursos em educação a distância, amparados neste contexto.	Abordagens teórico-pedagógicas para a EaD, referenciais teóricos para a EaD, potencialidades e possibilidades da .
Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância	2018	MILL, Daniel (org)	Trata-se de uma produção coletiva e especializada, resultado da articulação de múltiplos núcleos de pesquisa (brasileiros e estrangeiros) envolvidos com o campo de estudos e pesquisas sobre “Educação a Distância” e “Educação e Tecnologias”.	Verbetes e expressões relacionadas à educação a distância.
Escola e Democracia	2018	SAVIANI, Dermeval	Apresenta as teorias da educação e suas relações com a sociedade ao longo do tempo, buscando apresentar uma teoria que contribua para a superação da marginalidade.	Teorias da educação: críticas e não críticas, educação e política, escola como instrumento para contribuir na superação da marginalidade

Quadro 2: Textos com a temática: Educação e Educação a distância

Falar sobre educação a distância nos dias atuais é considerar a utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação. Antes disso, porém, faz-se necessário compreender como se dá a aproximação da tecnologia com a educação.

Assim, iniciamos com a leitura de Levy (1999) e suas análises sobre o crescimento do ciberespaço, a cibercultura e as relações que são estabelecidas por meio da interconexão dos computadores. Na obra: Tecnologias e ensino presencial e a distância, Kenski reflete sobre a

atuação docente decorrente do uso de tecnologias na educação, apresentando conceitos como tecnologia, técnica e defendendo que as tecnologias não irão revolucionar o ensino.

O texto de Backes e Schlemmer (2007) traz um novo conceito de presença na perspectiva do ambiente virtual de aprendizagem, enquanto o texto de Tori (2010), analisando o processo de ensino-aprendizagem mediado pelas tecnologias, busca desconstruir o conceito de distância na educação. Seguindo essa mesma linha, Valle e Bohadana (2010) apresentam as incoerências na nomenclatura de educação a distância e da dicotomia distância x presença.

Barreto (2012) aborda a recontextualização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na formação e no trabalho docente, considerando as tendências pedagógicas em disputa por hegemonia. Paiva-Gutierrez, em 2014, apresenta a crise estrutural do trabalho e a “mistificação da sociedade do conhecimento”, passando pelo fetiche da desigualdade social de novo tipo com a inclusão digital utilitária e a reiteração do fetiche tecnológico na educação brasileira, para propor outra inclusão digital, possível e necessária.

Com esse olhar em mente, fez-se necessário buscar apoio em Silva (2013), que analisa a conceituação da tecnologia segundo Vieira Pinto e defende que as análises de Vieira Pinto sobre a tecnologia fornecem ao campo pedagógico conceitos que favorecem a compreensão crítica e sua relação com a educação.

Consoante ao esforço de se lançar um olhar crítico para incorporação da tecnologia pela educação, Belloni (2018) apresenta a evolução conceitual da mídia-educação, ou seja, sobre a utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação, reiterando que é fundamental a incorporação, por meio de uma leitura crítica desse processo à educação.

Os textos encontram-se esquematizados no Quadro 3:

Título	Ano	Autores	Síntese	Conceitos-chave
Cibercultura.	1999	LEVY, Pierre.	Levy apresenta suas percepções sobre o crescimento do ciberespaço, novo meio de comunicação que surge da interconexão de computadores e o surgimento da cibercultura.	Ciberespaço, cibercultura, virtualização, técnica.
Tecnologias e ensino presencial e a distância.	2006	KENSKI, Vani Moreira.	Kenski reflete sobre a atuação docente decorrente do uso de tecnologias na educação, apresentando conceitos como tecnologia, técnica e defendendo que as tecnologias não irão revolucionar o ensino.	Definição de tecnologia, diferenciação tecnologia x técnica, limitações da tecnologia.

O Aprender e o Ensinar na Formação do Educador em Mundos Virtuais.	2007	BACKES, Luciana; SCHLEMMER, Eliane	As autoras discutem a formação do educador na construção de mundos virtuais, de modo a compreender o processo de ensino e de aprendizagem ocorridos e Identificar as potencialidades dessa tecnologia para a educação.	Conceito de presença na perspectiva do ambiente virtual de aprendizagem
Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem	2010	TORI, Romero.	Tori realiza análises sobre o processo de ensino-aprendizagem mediado pelas tecnologias.	Educação a distância ou sem distância, desconstrução da distância na educação.
Sobre presença e distância – reflexões filosóficas acerca da formação online.	2010	VALLE, Lilian do; BOHADANA, Estrella	As autoras apresentam uma reflexão sobre o termo educação a distância, a partir da provocação: o que ela revela e o que ela encobre?	Incoerências na nomenclatura ead; distância x presença
A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente	2012	BARRETO, Raquel Goulart.	Barreto aborda a recontextualização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na formação E no trabalho docente, considerando as tendências pedagógicas em disputa por hegemonia.	Formação e trabalho docente. Tecnologias. Dimensão simbólica e material. Políticas educacionais. Ensino-aprendizagem.
Tecnologia, educação e tecnocentrismo: as contribuições de Álvaro Vieira Pinto.	2013	Silva, Gildemars Costa e.	Analisa a conceituação da tecnologia segundo Vieira Pinto. Defende que as análises de Vieira Pinto sobre a tecnologia fornecem ao campo pedagógico conceitos que favorecem a compreensão crítica e sua relação com a educação.	Tecnologia, educação, tecnocentrismo.
O fetiche tecnológico na educação	2014	PAIVA-GUTIERREZ, Lauriana G	A autora apresenta a crise estrutural do trabalho e a “mistificação da sociedade do conhecimento”, passando pelo fetiche da desigualdade social de novo tipo com a inclusão digital utilitária e a reiteração do fetiche tecnológico na educação brasileira, para propor outra inclusão digital, possível e necessária.	Pressupostos ideológicos da nova sociedade, visões de tecnologias, fetiche tecnológico.

Mídia-Educação: noção e evolução conceitual, tendências e bases pedagógicas.	2018	BELLONI, Maria Luiza.	Belloni apresenta a evolução conceitual da mídia-educação, ou seja, sobre a utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação, destacando que é fundamental a incorporação, por meio de uma leitura crítica desse processo à educação.	Integração das Tecnologias da Informação e Comunicação na educação, mídia-educação.
--	------	-----------------------	---	---

Quadro 3: Textos com a temática: Tecnologia e uso de tecnologia na educação

Além das referências elencadas, também foram utilizadas pesquisas com dados estatísticos sobre a presença e uso de tecnologias em educação no Brasil, realizadas pela Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação¹ (Cetic.br).

O passo seguinte foi a realização da pesquisa documental. Esse tipo de pesquisa utiliza como fonte de dados vários tipos de documentos, elaborados com diferentes objetivos (GIL, 2010, P.30). Sobre a definição de documento escrito para o pesquisador, Cellard (2010) aponta: “Tudo que é vestígio do passado, tudo que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte”. (p.296)

O desenvolvimento de pesquisa documental é composto pelas seguintes etapas: formulação do problema, elaboração do plano de trabalho, identificação das fontes, localização das fontes, análise e interpretação dos dados e redação de relatório (GIL, 2010, p.65)

Assim, para sistematizar o conhecimento sobre educação e educação a distância, os documentos analisados serão: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, o Decreto 5.622/2005, o Decreto 9.057/2017. No âmbito da Educação Permanente em Saúde, serão analisados: a Constituição Federal de 1988 e o que ela apresenta sobre a temática saúde, a Lei 8080/1990 – Lei Orgânica do SUS, as Portarias GM do Ministério da Saúde nº198 de 2004, e a nº1996 de 2007, e publicações posteriores, quando for o caso, bem como documentos técnicos produzidos pelo Ministério da Saúde.

Os itens listados anteriormente correspondem à legislação no âmbito federal. Ciente de que a política pública, ainda que em nível federal reverbere no nível estadual e este, por sua

¹ O CETIC.br é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil. Ao que tudo indica, por não estar vinculado ao Governo Federal, não deve extinguir-se pelo Decreto nº 9.759/2019 do atual Presidente da República.

vez, impacte na ESP-MG, serão analisados também: Leis e decretos estaduais referentes à Educação Permanente em Saúde.

Por fim, considerando que a ESP-MG assim como seus trabalhadores estão inseridos em determinado período histórico, no qual sofrem influências que determinam suas práticas, foram analisados os documentos produzidos institucionalmente, tais como: Projeto Político Pedagógico – PPP, Regimento Interno – e suas atualizações, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Relatórios de Projetos e Relatórios Institucionais.

A finalidade desta análise é identificar os pressupostos e argumentos que conduziram às definições legais e normativas que podem nortear a utilização das tecnologias da informação e comunicação nas ações de educação permanente em saúde.

Todos os documentos levantados passaram pela etapa de análise e interpretação dos dados ali presentes. Durante esse processo, foram utilizadas algumas dimensões que pudessem orientar a análise, tais como: O contexto, ou seja, a conjuntura política, econômica, social que motivou a produção daquele documento; os autores, de maneira que se possa compreender o processo de elaboração do texto documental; os conceitos-chave e a lógica interna do texto (CELLARD, 2010). Essas dimensões elencadas compuseram assim quadros esquemáticos para auxiliar na interpretação dos dados. As análises realizadas serão apresentadas em capítulo específico.

Como o objetivo desta pesquisa é propor critérios e diretrizes para a utilização de recursos de TDIC em ações educacionais da ESP-MG, ela é classificada quanto à natureza, em pesquisa aplicada, uma vez que seu objetivo é adquirir conhecimentos para utilização em uma situação determinada (GIL, 2010).

3 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (EPS)

Pensar a EaD como uma ferramenta a ser utilizada nas ações de educação permanente da ESP-MG, requer, inicialmente, compreender seus fundamentos e entre eles, o conceito de educação com seus desdobramentos. Em outras palavras, de qual educação estamos falando? Qual o nosso entendimento de educação a distância, educação presencial e educação permanente?

Para René Hubert (1996, Lexicoteca, Vol. 7), apud FARIA, Sidônio:

“a educação é o conjunto das acções e das influências exercidas voluntariamente por um ser humano num outro, em princípio por um adulto num jovem, e orientadas para um fim que consiste na formação, no jovem, de toda a espécie de disposições que correspondem aos fins a que é destinado quando atinge a maturidade”. (p.94)

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, traz a seguinte definição em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), no artigo primeiro: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Mas, imediatamente, nos parágrafos 1º e 2º, deste mesmo artigo, restringe as disposições legais à “educação escolar” que “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Observa-se aqui que a LDB ampliou a definição de educação trazendo a noção de que os espaços formativos estão além da escola, como por exemplo, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, etc. Certamente, inspirada por essa definição, a ESP-MG, traz a seguinte concepção em seu Regimento Interno: “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (MINAS GERAIS, 2015).

A leitura desses dois conceitos apresentados – o denotativo e o legal- evidencia o que já alertava Brandão (1981): “Não há uma única forma nem um único modelo de educação.” (p. 4). Assim, direcionando o olhar para a origem da educação, temos que na Grécia antiga, por

exemplo, havia dois tipos de educação: “De um lado, a prática de instruir para o trabalho; de outro, a de educar para a vida e o poder que determina a vida social .” (BRANDÃO, 1981, p. 42)

Para aprofundar o entendimento sobre educação, adentraremos na apresentação das teorias educacionais elucidadas por Dermeval Saviani. Como somos seres históricos, diferentes períodos trouxeram diferentes teorias educacionais, às quais Saviani (2018) classificou como: Teorias não críticas da educação e teorias críticas da educação.

De acordo com as teorias não críticas, a função da educação seria corrigir “distorções da sociedade”, como aponta Saviani (2018) A educação emerge aí como um instrumento de correção dessas distorções: “Constitui, pois, uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social.” (p.4)

Por outro lado, para as teorias críticas, Saviani (2018) diz: “a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização.” (p.4). Considerando que de acordo com as teorias críticas, a função da educação é a reprodução da sociedade, elas foram classificadas como ‘teorias crítico-reprodutivas’ (SAVIANI, 2018).

Assim, pode-se observar que para as teorias não críticas, a educação possui um caráter redentor, enquanto que para as teorias críticas ela reforça e repete as desigualdades presentes na sociedade.

Buscando a superação das teorias apresentadas, Saviani (2018) aponta: que “é necessário avançar no sentido captar a natureza específica da educação, o que nos levará á compreensão das complexas mediações pelas quais se dá sua inserção contraditória na sociedade capitalista.” (p.25) Dessa forma, Saviani explica a teoria histórico-crítica da educação, em que:

(...) a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade. (SAVIANI, 2018)

A partir dessa definição, fica nítido o esforço para superação das teorias não críticas e críticas da educação. A educação não seria ingenuamente redentora das mazelas da sociedade, tampouco mera reprodutora das desigualdades ali existentes. Ela tem um caráter que é determinado pelo modo de produção capitalista, ou seja, marcado por desigualdades entre

aqueles que são os donos dos modos de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. Ainda assim, a educação exerce influência na sociedade, podendo ser, em certos momentos, desencadeadora de mudanças nesta.

Este entendimento sobre educação será o fio condutor deste trabalho, pois, como apresentado anteriormente, buscamos romper com a dicotomia “educação presencial e educação a distância”. Entende-se, aqui que, independente do meio em que ela ocorre ou dos recursos que ela utilize, será sempre educação. A partir dessa construção, buscaremos os fundamentos da educação a distância.

Considerando os aspectos legais, a EaD, foi abordada no artigo 80 da Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), da seguinte maneira: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Posteriormente, foi regulamentada pelo Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (já revogado). A regulamentação vigente está no Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 do Ministério da Educação (MEC). De acordo com o Decreto citado,

considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.(BRASIL, 2017)

Esmiuçando o texto legal, é preciso destacar a palavra modalidade. Mill (2018) explica que “no contexto educacional, modalidades são modos ou tipos de configuração para o ensino-aprendizagem, formas de organização administrativa, técnica, logística e pedagógica da educação.” (p.198). Dessa forma, a EaD é uma modalidade educacional, assim como outras previstas na LDB, como educação de jovens e adultos (EJA), educação especial, dentre outras. No entanto, historicamente, essa classificação como modalidade transformou a EaD na antítese da educação presencial.

Outro pormenor referente à definição legal de EaD, se refere à expressão processo de ensino-aprendizagem. Quando consideramos esse processo, temos de um lado, alguém que ensina e do outro, alguém que aprende. Isto nos remete à relação professor-aluno, que o próprio texto explicita como estando “em lugares e tempos diversos”.

Tori (2010), afirma que a educação presencial sempre utilizou da “aprendizagem” a distância, por exemplo com a “lição de casa” ou “trabalho extraclasse”.

Dessa forma, concordamos com ele quanto à inadequação da contraposição entre “educação a distância” e “educação presencial”: “Assim como um aluno pode se ausentar psicologicamente do assunto tratado pelo professor em sala de aula, é possível que esse mesmo estudante se mostre presente e envolvido em interações e bate-papos via internet”(TORI, 2010, p.28).

Além disso, a oposição entre essas duas modalidades não contribui para o fortalecimento da educação, princípio básico. Semanticamente, por exemplo, o que se opõe à distância é a proximidade, enquanto o que se opõe à presença é a ausência. Nesse sentido, Valle e Bohadana (2010, p.8), defendem que “não há educação sem distância, ou sem um distanciamento sempre a ser conquistado pelo projeto de ser diferente e pelo respeito à autonomia de outrem.”

Então, se não há educação sem distância, a presença também não seria condição exclusiva de uma modalidade, como explica Backes (2007): “Neste contexto, estar presente significa interagir, tanto de forma síncrona, quanto assíncrona, estando a presença vinculada à questão da interação e não à questão física, corpórea.” (p.132). Nos ambientes virtuais de aprendizagem é necessário que o aluno esteja “presente” durante a realização de atividades, assim como o professor está “presente” no acompanhamento e em toda comunicação que estabelece com os alunos.

Para Moore e Kearsley (2008, apud Mill, p.199, 2018), “a idéia de EaD é muito simples: alunos e professores estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam, comunicando-se por meio de tecnologias diversas.” Essa definição desperta atenção para o texto legal à medida em que este traz em sua definição “profissionais da educação” sugerindo um universo maior de profissionais atuando no processo de ensino-aprendizagem para além da figura do “professor”.

De fato, para a construção de um curso em EaD, há uma equipe multidisciplinar envolvida desde a concepção, planejamento e execução. No entanto, o professor é por excelência, peça-chave no processo de ensino-aprendizagem, independente do meio em que ele ocorre. Assim a expressão “profissional da educação” pode fragilizar o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem em EaD, contribuindo sobremaneira para a redução da qualidade da mesma e quiçá sua credibilidade aprofundando ainda mais o abismo existente entre educação presencial e a distância.

Apesar das limitações encontradas em sua definição, a EaD não é um fenômeno recente. Maia e Mattar (2007), por exemplo, classificam a história da EaD em três gerações, que seriam: 1ª Geração: Cursos por correspondência, em que os materiais eram impressos e remetidos pelo Correio. A 2ª Geração compreende a utilização de outras mídias como suporte ao material didático, quer sejam: rádio, televisão, telefone. Já a 3ª Geração, é caracterizada pela introdução do computador, (viabilizando o processo de integração das mídias), do uso da internet, podendo ser chamada de “educação *online*”.

Observa-se que nas duas últimas décadas, a EaD avançou bastante em nosso país, impulsionada pelo avanço no uso das TDIC e pela regulamentação. Dados do Censo EAD BR 2017, elaborado pela Associação Brasileira de Educação a Distância –ABED, mostram que em 2009, o número de matrículas em EaD era 528.320, chegando em 2017 a 7.773.828 (ABED, 2018, p.31).

Se por um lado esse aumento expressivo destaca as potencialidades da ferramenta, por outro ele exige um olhar criterioso para a sua utilização, de maneira a incorporá-la ao processo educativo de maneira crítica e não por mero modismo.

Considerando as reflexões tecidas até aqui sobre educação (que não é redentora dos males da sociedade) e o leque de significados e interpretações que a expressão educação a distância engendra, optamos por considerar neste trabalho, a educação a distância, aquela educação que é mediada pelo uso de tecnologias digitais da informação e comunicação, em que professores e alunos possam (ou não) estar separados de forma espacial e temporal, mas essa separação não configura distanciamento, tampouco, ausência de um ou outro ator fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

Ora, se a educação sozinha não tem o poder de redimir as mazelas da sociedade, seria ingenuidade acreditar que a EaD, equivocadamente considerada um outro “tipo” de educação, seria capaz de tal proeza. Portanto, passemos agora a analisar como se dá o impacto da incorporação das tecnologias na educação.

A forte presença das tecnologias digitais da informação e comunicação em nossa realidade e a velocidade da transmissão de informações demanda algumas reflexões: O que é tecnologia? De que maneira as TDIC’s têm se inserido no processo educacional? A educação pode não se apropriar das tecnologias?

A primeira questão a ser esclarecida é que a presença da tecnologia seja em nossas vidas ou na educação não é um fenômeno recente:

Tudo o que utilizamos em nossa vida diária, pessoal e profissional- utensílios, livros, giz e apagador, papel, canetas, lápis, sabonetes, talheres... -são formas diferenciadas de ferramentas tecnológicas. Quando falamos da maneira como utilizamos cada ferramenta para realizar determinada ação, referimo-nos à técnica.

A tecnologia é o conjunto de tudo isso: as ferramentas e as técnicas que correspondem aos usos que lhes destinamos, em cada época. (Kenski 2006, p.19)

Ou seja, tecnologia implica em princípios, processos e produtos. Diante da presença das tecnologias, é possível encontrar dois tipos de comportamento: “de um lado, há aqueles extremamente céticos, denominados tecnófobos, de outro, há os que vêm de forma profundamente positiva a tecnologia, considerados tecnófilos.” (SILVA,2013 p.841)

Silva (2013) analisa a conceituação de tecnologia segundo Vieira Pinto num esforço para ajudar a “compreender criticamente a questão da tecnologia e sua relação com a educação”(p.840). Assim, ele identifica na obra de Vieira Pinto, quatro significados centrais sobre a tecnologia, a saber: “a) tecnologia como logos da técnica ou epistemologia da técnica; b) tecnologia como sinônimo de técnica; c) tecnologia no sentido de conjunto de todas as técnicas de que dispõe determinada sociedade; d) tecnologia como ideologização da tecnologia” (SILVA, 2013, p.843).

A ideologização da tecnologia se torna então, uma das concepções mais nocivas à educação, conforme o autor aponta. Porque a partir desse olhar, o homem “não vê o aparelho na sua real condição de instrumento que deve ser compreendido no seu papel de transformação da realidade (...) em vez de fazer da máquina um instrumento de transformação, a vê como instrumento de adoração, como adverte Vieira Pinto (apud Silva, 2013).

Essa concepção vai ao encontro do que PAIVA-GUTIERREZ (2014, p.115) denomina de “fetiche da tecnologia: uma visão alienada das tecnologias digitais que reforça uma visão mecanicista do avanço técnico e científico legitimando, assim, uma concepção determinista, linear, positivista e a-histórica da tecnologia”.

Se a tecnologia é um instrumento criado pelo homem para a execução de algo, ela é uma produção humana. Como tal, “deve ser pensada dentro das relações históricas, sociais, culturais e de poder (...)” (PAIVA-GUTIERREZ, 2014 P.112). Então, se a tecnologia é uma produção humana, em um dado contexto histórico, econômico e social, podemos concluir que ela também não é neutra.

O que implica dizer que a tecnologia não é neutra? Isso significa que sua escolha atende aos interesses de determinado grupo ou pessoa e essa escolha não é aleatória ou mero acaso. Esse entendimento é primordial quando pensamos na utilização de tecnologias na educação. Neste trabalho, daremos destaque às tecnologias digitais da informação e comunicação - TDIC, que têm ocupado um lugar de destaque em nossa sociedade.

Quando pensamos nas TDICs, devemos também pensar nas tecnologias de informação e comunicação analógicas, usualmente denominadas TICs. Geralmente, os primeiros exemplos que vêm à mente são o computador e a internet. Porém, existem outras mídias como lista Belloni:

“(...) televisão e suas variantes (videocassete, DVD, antena aberta, por assinatura), rádio, jogos de vídeo e de computador (videogames); máquinas fotográficas e filmadoras de vídeo; ipodes; MP3; telefones celulares, tablets e, sobretudo, as redes telemáticas – isto é, a internet em todas as suas variantes, tudo isso digitalizado, informatizado.” (BELLONI, 2018)

De maneira geral, destacamos o uso de internet, computadores e celulares, agora conhecidos como “*smartphones*” ou, telefones inteligentes. Estes artefatos têm sido incorporados ao cotidiano de tal maneira, que hoje em dia, é difícil pensar em uma tarefa que não utilize nenhum deles. Por exemplo, as transações bancárias são feitas em sua maioria nos caixas eletrônicos, onde é possível realizar saques, depósitos e até a impressão de cheques. Em algumas situações, as pessoas até utilizam aplicativos bancários nos *smartphones*, o que requer disponibilidade de internet para navegação.

Nas empresas, a utilização desses recursos também é significativa. Dados da pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas empresas brasileiras, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento vinculado ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (nic.br), que por sua vez vincula-se ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (cgi.br), mostram que no período compreendido entre os anos de 2007 e 2017, houve um aumento significativo no percentual de microempresas que possuem computador e utilizam a Internet.

Por exemplo, em 2007, 79% dessas empresas possuíam computador. Em 2017, esse percentual subiu para 89%. Já o acesso a internet, em 2007, era possível em 69% das empresas. Em 2017, esse índice alcançou 88% delas. (TIC Empresas 2017). Isso nos mostra que, a despeito dos desafios postos para microempresas em nosso país, e das desigualdades

existentes, a utilização das TDICs tem aumentado consideravelmente, fenômeno que ocorre também nas empresas de médio e grande porte.

Considerando que a tecnologia está tão presente no cotidiano e no mundo do trabalho, fica fácil compreender a pressão que o mercado e a sociedade exercem para a incorporação das TDICs pela educação. De um lado, existe o esforço para que os estudantes, que serão futura mão de obra para o mercado de trabalho, tenham domínio dessas ferramentas. Por outro lado, existe a pressão das empresas que desenvolvem e comercializam as tecnologias, para o consumo destas. Então, respondendo ao questionamento que abre este capítulo, é importante que a educação incorpore os recursos de TDIC em seu processo de ensino-aprendizagem. Como aponta Barreto (2012): “Pensar as TIC no processo de ensinar-aprender extrapola a sua simples presença, como condição necessária, mas não suficiente, para o encaminhamento das questões relativas à sua apropriação”. (p.997)

Desse modo, é necessário destacar que a incorporação das TDIC não é e nunca será neutra. Considerando-se as técnicas presentes no ciberespaço, seria ingenuidade acreditar em sua neutralidade. Em verdade, como Levy (1999) aponta, “uma técnica não é nem boa, nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista) (...)”. (p.26)

Assim sendo, a incorporação da tecnologia pela educação deve pautar-se em uma apropriação crítica, para que não seja vislumbrada com uma visão fetichizada, como se a tecnologia por si só fosse capaz de resolver todos os problemas de qualidade e acesso à educação em nosso país.

Sobre a inclusão das TDICs na educação, têm-se as seguintes possibilidades: Utilização dos recursos em sala de aula convencional, como apresentação de vídeos, pesquisa orientada na internet, atividades dirigidas em redes sociais. Essa seria uma forma de ampliar os recursos para além do livro didático. Outra possibilidade é a utilização de laboratórios de informática, existentes em algumas escolas do ensino fundamental, médio e superior. Nesses casos, muitas vezes o computador é utilizado para realização de pesquisas orientadas, consulta a sites específicos (muito comuns no ensino fundamental e médio) além dessas possibilidades, pode ser utilizado também para consulta em base de dados científicos e trabalhos com softwares específicos, mais frequentes no ensino superior.

A terceira possibilidade seria por meio da educação a distância, modalidade que tem apresentado um crescimento expressivo em número de matrículas.

O aumento expressivo no acesso às TICs e na oferta de EaD, não podem ser vistos ingenuamente como sinais de inclusão digital. “Como explica Kuenzer (2007), sobre a inclusão excludente: “Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação

continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, por meio de múltiplas modalidades (...)" (p.1170). Ainda que o acesso tenha sido ampliado, é importante destacar que existem "diferenças e desigualdades reinstauradas pelos modos como o acesso é produzido e pelos sentidos que lhe são atribuídos" (BARRETO, 2012, p.997).

Evidencia-se assim, que a incorporação das tecnologias na educação é marcada por contradições. Então, considerar a utilização da EaD para promoção de ações educacionais no âmbito da Educação Permanente em Saúde – EPS, não será diferente.

Ela tanto pode ser uma ferramenta engajada em formar trabalhadores críticos, com potencial para propor mudanças em seu processo de trabalho, quanto pode ser mais um instrumento de formação em massa, ou mero repasse de informação.

A contradição existente no uso das técnicas – uma vez que ela será positiva ou negativa – a partir do seu uso, nos remete à contribuição de Engels (2008), a respeito do materialismo histórico dialético: "Cada um desses dois lados é estudado separadamente, a partir do que se depreende sua relação recíproca e sua interação." (p.283) Ou seja, a mesma tecnologia pode ser usada ideologicamente para transformação ou para conservação do modo de produção da existência.

Encontramo-nos com contradições que exigem uma solução: Utilizar a EaD para promover ações de EPS teria como objetivo a massificação, ou podemos formar trabalhadores críticos envolvidos em seu processo de trabalho? Por isso, no desenvolvimento deste trabalho, é fundamental que haja um olhar crítico para perceber as nuances entre as possibilidades de uso das TDICs e de que maneira elas se materializam nas ações de EPS.

O termo "Missão"- fortemente arraigado em diversas religiões, tem exercido influência no mundo empresarial, para reforçar seus objetivos institucionais. A missão representa um texto sucinto que indica o que a organização faz e para quem (MACHADO 2009, P. 19). Atualmente muitas instituições públicas buscam essa construção como um referencial para seu escopo de atuação. Um aspecto que merece destaque é a construção da missão que deve ser coletiva, com envolvimento dos trabalhadores. Outro fator importante é a possibilidade de revisão de seu texto, de forma que ele traduza com fidedignidade a atividade-fim da instituição.

Na ESP-MG, após discussões realizadas ao longo de 2016, a missão foi revisada, objetivando tornar mais explícito seu escopo de atuação. Nessa nova redação, a Educação Permanente em Saúde – EPS é apontada como o referencial político-pedagógico da instituição.

Ciente de que toda produção humana está inserida num contexto histórico e que este contexto exerce influência sobre suas produções, vale ressaltar que o período de revisão da missão era o momento em que a Escola estava construindo seu Plano de Desenvolvimento Institucional, impulsionada pelo Projeto ESP XXI. Assim, houve intensa participação dos trabalhadores nesse processo.

A materialização da EPS na missão da ESP-MG coaduna-se ao que aponta Cardoso et al (2016), sobre como se deu a incorporação da EPS pelas escolas de saúde pública. Elas “incorporaram seus preceitos às suas ações de desenvolvimento institucional, assimilaram os conceitos e os métodos, apropriaram-se deles e os transformaram segundo suas próprias e singulares necessidades e possibilidades. ” (p.1499)

Diante da premissa da EPS como referencial político-pedagógico e do que ela representa para a ESP-MG, é necessário lançar o olhar para sua origem, seu percurso e desafios.

A ideia da educação permanente teve sua origem no campo da educação, a partir dos anos 30, sempre relacionada a aprendizagem de adultos trabalhadores, como apontam Mehry e Feuerwerker (2015, p.4). Ainda segundo esses autores, nos anos 80, a Organização Pan-americana de Saúde – OPAS, “propôs a Educação Permanente em Saúde como uma estratégia para a organização de processos educativos dirigidos aos trabalhadores da saúde.(...)” (p. 5). Para Silva, Matos e França (2017), “a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) aponta para o debate de mudanças na formação e atuação em saúde.” (p. 2)

Assim, pode-se observar que o tema da educação permanente foi se aproximando, coadunou-se às premissas da OPAS e, por consequência, exerceu influência no momento de criação do SUS. Pode-se afirmar que existe correlação entre as demandas apresentadas nas Conferências Nacionais de Saúde e as legislações do SUS sobre a formação e desenvolvimento de recursos humanos, o que demonstra a relevância desse tema para a consolidação do SUS (GIGANTE e CAMPOS, 2017).

Ou seja, pensar um sistema único de saúde que levasse em conta os princípios basilares da integralidade, equidade e universalidade, requeria também um novo tipo de profissional. Foi nesse cenário que nasceu, em 2004, meio da Portaria nº 198, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS, “estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor” (BRASIL, 2004). De acordo com a portaria, a PNEPS seria “efetivada pelos pólos de educação permanente, instância interinstitucional e locorregional (...)” (Gigante e Campos, 2017, p. 753).

Apesar das ETSUS não terem participado efetivamente do processo de criação da política, como já citado, os princípios pedagógicos começaram a nortear suas práticas, quais sejam: aprendizagem significativa, problematizadora, que trouxesse reflexões sobre o trabalho de forma que essas reflexões poderiam incorrer em mudança de práticas, por consequência, melhoria da assistência prestada aos usuários do SUS.

Ainda que ela tenha representado um avanço, houve aspectos limitadores e desafiadores, principalmente quanto à distribuição dos pólos pelo país, o que culminou com a publicação de uma nova Portaria em 2007.

Assim, a Portaria GM/MS n.1.996/2007, foi instituída trazendo “novas diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, adequando-a às diretrizes operacionais e ao regulamento do Pacto pela Saúde.”(Brasil, 2007).

Essa última portaria trouxe uma mudança significativa: em substituição aos Polos de educação permanente, a condução regional da política seria realizada pelos Colegiados de Gestão Regional (CGRs), apoiados pelas Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIESs) (Brasil, 2007). Ainda de acordo com esse documento, as CIES constituem-se em instâncias intersetoriais e interinstitucionais que participam da formulação, condução e desenvolvimento da Política de Educação Permanente.

Embora ela tenha representado uma mudança na forma de operacionalização da EPS, sua proposta pedagógica continuava alicerçada no trabalho como espaço educativo, fomentador de uma educação problematizadora, com potencial para reflexões e propostas de mudança. Além de uma política pública, a educação permanente em saúde é uma prática de ensino-aprendizagem que incorpora elementos das metodologias educacionais ativas (GIGANTE e CAMPOS, 2016, p.757).

Podemos assim, elencar de maneira geral, a predominância de três referenciais pedagógicos presentes na EPS: As Metodologias Ativas (MA), a Problematização, que pode ser considerada uma estratégia da MA e a aprendizagem significativa.

A proposta pedagógica da EPS busca romper com uma prática bastante arraigada nas ações educacionais em saúde, denominada de “Educação continuada”, que era marcada pela transmissão de conhecimentos, ou “educação bancária”, nos termos de Paulo Freire. Conforme apontam Gigante e Campos, (2016) a educação continuada “assenta-se na concepção de que a aquisição de mais informações pode melhorar a competência dos profissionais para desenvolver suas responsabilidades (...)” (p. 755). Assim, contrapondo esse método mecânico, a EPS propõe a utilização de metodologias ativas, que pressupõem a

participação ativa dos alunos no processo de construção do conhecimento, deixando de ser mero “receptor” de informações.

Nesse sentido, a problematização traduz-se em uma das estratégias da MA, com possibilidades de trazer impacto positivo ao processo de ensino-aprendizagem do trabalhador em saúde, pois como apontam Mitre et al (2008), “as metodologias ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem,(...) pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas.” (p. 2.136).

A respeito da prática problematizadora, Freire explica

na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo. (1987, p.41).

Considerando a prática do cuidado em saúde em toda sua complexidade, a problematização traz aderência aos pressupostos da educação permanente. A partir dela, os trabalhadores lançam o olhar para o seu trabalho, não como mero espectador ou executor de procedimentos, mas com um papel importante de identificar as necessidades que emergem dali, refletir sobre elas e partir das interações com os demais profissionais, buscar mudanças em sua prática.

No entanto, existe outro fator fundamental para que seja possível a mudança de práticas decorrentes do aprendizado na EPS. Uma informação ou experiência pedagógica somente produz sentido quando dialoga com toda a acumulação anterior que os trabalhadores trazem (Merhy e Feuerwerker, 2015). Ou seja, se o trabalhador em saúde não é mero receptor de conhecimentos, estamos considerando que ele possui um conjunto de conhecimentos prévios, acumulados em sua vivência. Esses conhecimentos serão compartilhados e confrontados nas reflexões propostas de forma que o novo aprendizado a ser re-construído faça sentido, promovendo assim a aprendizagem significativa.

A teoria da aprendizagem significativa foi proposta por David Ausubel (MOREIRA, 1997). Moreira (1997) explica que a “aprendizagem significativa é o processo através do qual um novo conhecimento se relaciona de maneira não arbitrária e substantiva (não-litera) à estrutura cognitiva do aprendiz”. (p.1). Essa relação acontece com conhecimentos prévios específicos, relevantes para o aprendiz e são eles que possibilitam a atribuição de significado ao novo conhecimento que está sendo apresentado/ descoberto.

Como isso se concretiza na proposta da EPS? Partimos do princípio que o trabalhador da saúde possui uma série de conhecimentos prévios que são resultados de sua formação, sua vivência e experiências no cotidiano de trabalho. Então, faz sentido que na perspectiva das metodologias ativas, o profissional de saúde tenha um papel de destaque em seu processo de ensino-aprendizagem no trabalho. Assim, diante da problematização mediada pelos profissionais, gestores, participantes do controle social, o trabalhador irá mobilizar seus conhecimentos prévios para atribuir significados aos conhecimentos novos emergentes da reflexão desencadeada. É nessa complexidade que poderão ser pensadas e implantadas as transformações nas práticas de trabalho.

A despeito da robustez da PNEPS, é preciso salientar que sua implementação enfrentou grandes desafios. Em um estudo para analisar os aspectos da implementação da PNEPS nas escolas de saúde pública, foi constatado que as escolas indicavam ausência de monitoramento e avaliação do impacto das ações, ainda que as duas portarias da PNEPS indicassem que deveria ser feito (em seus artigos 8º e 6º, respectivamente). (CARDOSO et al, 2016). Ainda segundo esses autores, a partir de 2011 houve interrupção nos repasses dos recursos da PNEPS, o que trouxe dúvidas às escolas quanto à continuidade da política.

Em outro estudo sobre a construção da educação permanente no processo de trabalho em saúde no estado de Minas Gerais, Silva, Matos e França (2017) identificaram que os trabalhadores ainda consideravam a capacitação como oportunidade para ampliação dos conhecimentos necessários à atuação profissional. Ainda assim, as autoras destacam que não é um problema tão grave essa forte vinculação à capacitação que ainda prevalece, pois a EPS emerge nesses espaços (de capacitação): “os profissionais têm oportunidades institucionais, formais e sistematizadas de trocar vivências com os colegas e problematizar o cotidiano”, (SILVA, MATOS E FRANÇA, 2017, p.5).

De acordo com o Ministério da Saúde - MS, outros estudos realizados entre os anos de 2013 e 2016, também apontaram avanços e desafios para implementação da PNEPS (BRASIL, 2018). Esses desafios vão ao encontro dos achados de Cardoso et al (2016) e Silva, Matos e França (2017), estudos que foram realizados quando completou 10 anos da implementação da PNEPS.

A partir desses diagnósticos, o MS em parceria com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde – (CONASEMS), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), Escolas de Saúde Pública (ESP), Instituições de Ensino Superior (IES), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), deu início ao processo de discussão sobre a PNEPS, com o

objetivo de debater coletivamente estratégias para atualizar a Portaria GM/MS Nº 1996/2007 (BRASIL, 2018). Esse esforço para discutir coletivamente a atualização da política, principalmente com a participação das ETSUS e Escolas de Saúde Pública, representa um avanço quando comparado às primeiras edições da PNEPS.

Foi nesse cenário, após a realização de oficinas com os atores citados, que avaliavam os aspectos referentes à implementação da EPS, que o MS lançou a Portaria 3.194, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS – PROEPS-SUS. O objetivo desse programa é estimular, acompanhar e fortalecer a qualificação profissional dos trabalhadores da área da saúde para a transformação das práticas de saúde em direção ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho (BRASIL, 2017).

Como o objetivo principal é “estimular, acompanhar e fortalecer”, essa portaria marca o retorno do financiamento às ações de EPS, atendendo às reivindicações das escolas de saúde pública e ETSUS. Para isso, o MS adotou duas estratégias: repasse financeiro diretamente aos municípios para realização de ações de EPS nos territórios e incentivos de custeio aos estados que aderiram à portaria e Distrito Federal, para a elaboração dos Planos Estaduais de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) (BRASIL, 2018).

Além do repasse financeiro, o PROEPS-SUS apresenta um sistema de monitoramento do programa, dentro do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB, para preenchimento pelos municípios. Foram instituídos também indicadores que possibilitam o acompanhamento das ações desenvolvidas. Para os estados, ficou a incumbência da elaboração do PEEPS (BRASIL, 2018).

Como consequência desse movimento a nível nacional, em Minas Gerais – MG, a Secretaria de Estado de Saúde – SES/MG, publicou a Resolução 6.287 de 26 de junho de 2018, que Constituiu o Grupo de Trabalho Estadual responsável pela condução da elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde com ênfase nas diretrizes do PROEPS - SUS. O grupo de trabalho foi composto por representantes de diversos setores da SES, de demais órgãos que compõem o sistema saúde em MG, além de representantes do CES, COSEMS, CIES e da ESP-MG.

Tem-se aqui então uma retomada da PNEPS, com retorno de financiamento, elaboração de estratégias para acompanhamento e monitoramento (registro no SISAB e indicadores) e a mobilização a nível estadual para construção do PEEPS. Em MG, vimos que muitas das ações desenvolvidas ainda são caracterizadas como capacitação – e muitas vezes

realmente trata-se de capacitação. Porém, essas ações podem fomentar reflexões, problematizações entre os trabalhadores da saúde. É nesse cenário de contradições e incertezas que se insere a EPS como referencial político-pedagógico da ESP-MG.

4 - ANÁLISES E DISCUSSÕES

Realizar a análise aqui proposta requer um esforço no sentido de examinar os elementos que compõem o problema a fim de investigar sua natureza e suas funções. Assim, partindo do problema apresentado: *Ausência de critérios e diretrizes quanto à aplicação dos recursos de TDIC's nas ações educacionais presenciais, a distância ou mistas, ofertadas pela ESP-MG, de forma que a Educação Permanente em Saúde seja efetivamente potencializada por estas ferramentas, compromete o objetivo maior da instituição*, podemos destacar as ideias-chave que serão discutidas, a saber: (1) Educação Permanente em Saúde, (2) Ações educacionais ofertadas pela ESP-MG: Presencial, distância ou mista e (3) Aplicação dos recursos de TDIC.

Nos quadros abaixo, esquematizamos as ideias principais da legislação normativa no âmbito federal (Quadro 4), estadual (Quadro 5) e os documentos da própria ESP-MG (Quadro 6). Elas foram organizadas em ordem cronológica. Analisaremos estes quadros e discutiremos as ideias que fundamentam os critérios de uso.

Documento	Ano de produção	Autores	Síntese	Contexto
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Presidência da República	Conjunto de leis que regula o funcionamento do Estado.	A constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, foi promulgada como marco da democracia, após um longo período de ditadura. Em seu texto, ela trouxe como direitos fundamentais aos cidadãos a educação, saúde e trabalho.
Lei 8.080	1990	Presidência da República	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências	Em seu artigo 198, a CF instituiu o Sistema Único de Saúde, como acesso à saúde para todos, tendo participação na oferta as três esferas: municipal,

				estadual e federal. Assim, a Lei 8080 é implementada trazendo as diretrizes para a operacionalização do SUS.
Lei 9.394	1996	Presidência da República	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	Essa LDB levou 8 anos para ser concluída. De seu texto original, que trazia as discussões promovidas nas conferências brasileiras de educação, seu resultado foi uma versão resumida.
Portaria GM no. 198,	2004	Ministério da Saúde	Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor.	Diante da implantação do Sistema Único de Saúde que levasse em conta os princípios basilares da integralidade, equidade e universalidade, era necessário também um novo tipo de profissional. Foi nesse cenário que nasceu a Política, uma estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor.
Portaria GM no. 1996	2007	Ministério da Saúde	Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências	A operacionalização da EPS, de acordo com a portaria 198, seria por meio dos polos de educação permanente. Porém, essa estratégia possuía aspectos limitadores quanto à distribuição dos polos pelo país. Assim, essa portaria trouxe como

				mudança significativa a substituição dos polos pelos Colegiados de gestão Regional, que seriam apoiados pela CIES.
Decreto n.º 9.057	2017	Ministério da Educação	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	Esse decreto apresenta critérios mais flexíveis para oferta de educação a distância, principalmente no nível superior (graduação e pós graduação), por exemplo, ao permitir que uma Instituição de Ensino superior se credencie exclusivamente para essa modalidade.
Portaria Normativa nº 11	2017	Ministério da Educação	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017	Tanto o decreto 9.057, quanto a portaria normativa cedem às pressões e contemplam os interesses das IES privadas, favorecendo o credenciamento e credenciamento de novos cursos a distância e simplificando a supervisão e avaliação.
Portaria nº 3.194	2017	Ministério da Saúde	Dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde -	A política de EPS estava completando 10 anos desde a sua implementação e diversos

			PRO EPS-SUS.	estudos apontavam desafios e limitações sofridas pela política com o passar do tempo. Assim, o MS, interessado em recuperar a política, convida diversos atores do SUS como: Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS, Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS, Conselho Nacional de Saúde (CNS), Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), Escolas de Saúde Pública (ESP), Instituições de Ensino Superior - IES, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), para participar da construção da nova política.
--	--	--	--------------	--

Quadro 4: Leis Federais

Para analisar as ideias-chave elencadas, partimos da legislação federal, em sua representação máxima, a Constituição Federal - CF. Essa escolha se deu, pois, nesse documento, são apresentadas as definições de saúde e educação, dentre outros aspectos. Assim, considerando que a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais é uma instituição de educação e saúde, faz-se necessário entender esse contexto legislativo e em que medida ele impacta na atuação da Escola.

É possível observar que a partir da Constituição Federal de 1.988, tanto no âmbito da saúde quanto da educação, foram promulgadas leis que apresentavam de maneira mais específica cada assunto, seguidas por portarias e decretos que explicitaram a operacionalização, ou seja, a concretização da oferta de saúde e educação. Nesse trabalho, tomaremos para análise, no campo da saúde, a legislação sobre Educação Permanente em Saúde no SUS e no campo da educação, a educação a distância.

Iniciando pela temática da saúde, temos que ela é um direito garantido pela CF. Em seu artigo 198, foi instituído o Sistema Único de Saúde – (SUS), com acesso à saúde para toda a população, tendo participação na oferta as três esferas: municipal, estadual e federal. Dando continuidade ao processo legislativo, a Lei 8.080/90 foi implementada trazendo as diretrizes para a operacionalização desse sistema de saúde.

Diante da implantação do SUS, considerando os princípios basilares da integralidade, equidade e universalidade, era necessário também um novo tipo de profissional. Trata-se de um período em que a educação defendia a necessidade da continuidade dos estudos, ou dito de outro modo: educação permanente. Seguindo a mesma proposição, a OPAS também defendia que o trabalhador de saúde requeria uma formação permanente, dados os desafios de seu campo de atuação.

Foi nesse cenário que nasceu, por meio da Portaria nº198/2004, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), uma estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. De acordo com essa portaria, a operacionalização da PNEPS seria por meio dos polos de educação permanente.

Porém, essa estratégia possuía aspectos limitadores quanto à distribuição dos polos pelo país. Assim, a nova portaria, nº 1996, foi regulamentada em 2007 e trouxe como mudança significativa a substituição dos polos pelos Colegiados de Gestão Regional, que seriam apoiados pela Comissão de Integração Ensino e Serviço - CIES.

Passados 10 (dez) anos desde a implantação da PNEPS, diversos estudos apontavam desafios e limitações sofridas pela política com o passar do tempo. Assim, o Ministério da Saúde - MS, num esforço para recuperar a política, convidou diversos atores do SUS como: Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS, Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS, Conselho Nacional de Saúde (CNS), Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), Escolas de Saúde Pública (ESP), Instituições de Ensino Superior - IES, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), para participar da reformulação da política, que culmina com a Portaria nº 3.194/ 2017, sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS – PROEPS-SUS.

De acordo com essa última portaria, cabe aos estados e Distrito Federal a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (com incentivo de custeio). O objetivo é prover os municípios de apoio técnico institucional e financeiro para a execução de ações de EPS pelas equipes de Atenção Básica à Saúde.

Como apresentado anteriormente, as ETSUS não participaram da criação da primeira PNEPS, mas incorporaram o referencial pedagógico em suas ações educacionais, tal qual aconteceu na ESP-MG. Analisando esse apanhado histórico da política, pode-se observar que ela passou por modificações, principalmente do ponto de vista da operacionalização.

Enquanto referencial pedagógico, buscando uma interface com as referências bibliográficas pesquisadas, pode-se destacar que a EPS se materializa sobre os seguintes pilares: O trabalho como espaço educativo, a utilização de metodologias ativas, em que o aluno possui um papel de destaque na construção de seu conhecimento, sendo a problematização a estratégia mais utilizada e a aprendizagem significativa, em que partindo dos conhecimentos prévios relevantes para o trabalhador em saúde, ele consiga atribuir significado ao novo conhecimento que está sendo apresentado/ descoberto.

A partir de 2011, quando o financiamento para as ações de EPS foi interrompido, chegou-se a pensar que ela estava com os dias contados. No entanto, as ETSUS mantiveram-na viva, por meio do seu referencial pedagógico. De certa forma, isso pode sugerir que a sobrevivência da EPS se deve, em parte, às ETSUS. Essa percepção se torna mais forte, se considerarmos que, no momento de renovação da política, o MS convidou diversos atores estratégicos para participar da reformulação, dentre eles, as próprias ETSUS.

Como um desdobramento desse processo, no âmbito estadual a ESP-MG também participou do Grupo de Trabalho para construção do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, com ênfase nas diretrizes do PROEPS-SUS, conforme designação da Secretaria do Estado de Saúde – SES, por meio da Resolução número 6.287 de 26 de junho de 2018, que está apresentada no Quadro 6, que contempla a legislação estadual e seus efeitos na ESP-MG, a seguir:

Documento	Ano de produção	Autores	Síntese	Contexto
Lei 22.257	2016	Governador do estado	Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências	Essa lei entrou em vigor após a Reforma Administrativa no estado, realizada na metade do mandato do Governador Fernando Damata Pimentel. Desde o início de seu governo, sempre foi destacado a escassez de recursos, "herança maldita" deixada pelo governo anterior. Nesse mesmo ano, o salário dos servidores públicos começou a ser pago de forma parcelada e atrasada. A reestruturação incluiu o desmembramento, a transformação e a extinção de cargos, de secretarias e outros órgãos públicos, além de alterações na subordinação de conselhos, na vinculação de entidades e na composição de colegiados e câmaras.
Decreto 47.505	2018	Governador do estado	Dispõe sobre a organização da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais	Após a reforma administrativa de 2016, a ESP-MG ficou vinculada administrativamente à Secretaria de Governo (SEGOV). A justificativa era que, sendo um órgão autônomo, ela não poderia estar vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (SES). Assim, ficamos subordinados administrativamente à SEGOV e tecnicamente à SES. Para aprovação desse Decreto, foram necessárias alterações, solicitadas por cada secretaria. A publicação aconteceu após a derrota do Governador, que pleiteava reeleição, ainda no primeiro turno. Sua publicação deu concretude a um projeto pensado pelos trabalhadores.
Resolução nº. 6.287	2018	Secretário de Estado de Saúde	Constitui Grupo de Trabalho Estadual	A partir do movimento iniciado pelo Ministério da Saúde para revisão da PNEPS, a SES publicou essa resolução, para designar um grupo responsável pela elaboração do Plano Estadual de Educação

Documento	Ano de produção	Autores	Síntese	Contexto
			responsável pela condução da elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em saúde com ênfase nas diretrizes do PROEPS - SUS	Permanente em Saúde, seguindo as diretrizes do PROEPS-SUS.
Deliberação nº 2.859, de 5 de dezembro	2018	CIB-SUS/MG	Aprova o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde em atendimento a Portaria GM/MS nº 3.194/2017.	A elaboração deste Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do Estado de Minas Gerais se insere no bojo das discussões sobre a implementação e desenvolvimento da Política de EPS em Minas Gerais, podendo ser considerada um marco na consolidação de processos de EPS cada vez mais capilarizados e autônomos nos diferentes territórios de saúde.

Quadro 5: Legislação estadual

Se por um lado, a participação na construção do Plano Estadual de Educação Permanente confere um reconhecimento ao saber produzido pela Escola, por outro, observa-se uma fragmentação entre os atores, divididos em: os proponentes de um plano estadual de educação permanente em saúde (ainda que tenham sido realizadas oficinas para sua construção), representados pelas secretarias de saúde e instituições participantes e os

executores dessa política - representados pelos municípios, o que pode fragilizar o papel das escolas de saúde pública no país.

A despeito do cenário de incertezas a que essa política pública está submetida, é fato que, desde a revisão da missão na ESP-MG, a PNEPS, está entranhada em seu escopo de atuação enquanto referencial político- pedagógico. Ela ressoa na missão institucional e nos documentos produzidos mais recentemente, como pode ser observado no Quadro 6:

Documento	Ano de produção	Autores	Síntese	Contexto
Apresentação Projeto ESP XXI	2014	Assessoria da Diretoria ESP-MG	Esse documento foi utilizado para apresentar aos trabalhadores da instituição o Projeto de Cooperação Institucional firmado entre ESP e UNESCO. Traz informações sobre suas características, histórico e premissas. Seu objetivo era convidar os trabalhadores a participar das "frentes de trabalho" de interesse.	A ESP vinha de um processo de revisão do planejamento estratégico, em 2012 e nesse mesmo ano, passou por reestruturações internas. Esse processo contribuiu para a identificação de desafios institucionais, que poderiam ser superados pelas ações previstas no projeto. Em Fevereiro de 2014 houve uma mudança na Direção Geral da escola, mas a nova gestão continuou apoiando o Projeto. Em 2015, ocorreu nova mudança na Direção e a partir de então, o projeto se transformou na principal estratégia de gestão da escola.

Projeto Político Pedagógico	2015	Trabalhadores da ESP-MG	Abrange as concepções educacionais, as metodologias de ensino e aprendizagem, o modelo curricular, o processo de avaliação, entre outros.	Esse documento contemplou algumas atualizações referentes à versão anterior, do ano de 2009.
Regimento Interno	2015	Trabalhadores da ESP-MG	Documento legal, de caráter obrigatório, que fixa a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar do estabelecimento que regula as suas relações com o público interno e externo. Com origem na Proposta Pedagógica, o regimento escolar a ela se volta para conferir-lhe embasamento legal, incorporando no processo de sua elaboração os aspectos legais pertinentes.	Desde de 2014, diversas oficinas foram realizadas para revisão do Regimento Escolar da ESP, o que resultou em um documento atualizado de acordo com as novas legislações educacionais e atendendo algumas das necessidades apontadas pelos servidores durante os trabalhos nas oficinas. Em 2015, com a chegada da nova Diretora, a partir de uma perspectiva de gestão participativa, a versão do Regimento foi submetida novamente para apreciação dos trabalhadores para sugestões e posterior publicação.
Plano de Desenvolvimento Institucional	(no prelo)	Trabalhadores da ESP-MG	Dispositivo de gestão e planejamento que constitui a identidade de uma instituição, a partir da missão, da visão e da filosofia de trabalho.	Desde a implantação do Projeto ESP XXI, foram realizados trabalhos intensos para discussão e elaboração do Plano de

			Orienta a estrutura organizacional, as ações e as estratégias para alcançar os objetivos, as diretrizes, os indicadores e as metas institucionais.	Desenvolvimento Institucional (PDI) da ESP-MG. Ele foi compilado a partir das produções do corpo de trabalhadores da ESP. Posteriormente foi submetido ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, para aprovação e no momento aguarda publicação.
Projeto Político Pedagógico - PPP	(no prelo)	Trabalhadores da ESP-MG	Em sintonia com a missão, a visão e os valores da Escola, abrange as concepções educacionais, as metodologias de ensino e aprendizagem, o modelo curricular, o processo de avaliação, entre outros.	A partir da concepção de que o PPP seria um recorte aprofundado do PDI, que estava em construção no âmbito do Projeto ESP XXI, esse documento foi atualizado no mesmo período e também aguarda publicação.
Documento de Transição	2018	Trabalhadores da ESP-MG	Documento elaborado com os fins de prestar informações ao Governador eleito nas eleições de 2018, apresentando o que é a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, o que faz e como faz. Apresenta também suas metas, planejamento para os	A eleição de 2018 para o Governo do Estado de Minas Gerais foi marcada inicialmente pela polarização PTxPSDB. No entanto, a imagem do PT, do governador em exercício vinha desgastada pela crise financeira vivenciada pelo estado. Por outro lado, a imagem do PSDB também

			primeiros 100 dias de 2019 e o corpo de trabalhadores.	estava bastante "arranhada" devido ao racha envolvendo o senador Aécio Neves. Assim, o candidato Romeu Zema, do partido NOVO, um empresário dono de uma rede de lojas e postos de gasolina em Minas Gerais, apresentava-se como uma "terceira via". O forte apelo de que era hora de "renovar" em contraponto à "velha política do estado" desse candidato, conseguiu atrair o eleitorado e de maneira surpreendente, ele foi eleito governador. Considerando o perfil do novo governador e a demanda da equipe de transição, é que esse documento foi elaborado, inspirado em modelos de relatórios de Instituições privadas de ensino na área de negócios e administração, sem, contudo, deixar de explicitar as características da ESP-MG.
--	--	--	--	---

Quadro 6: Documentos Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

Analisando os documentos da ESP-MG é possível observar que no Projeto Político Pedagógico- PPP, considerando a versão de 2015, a EPS representa o fio condutor das ações educacionais, como explicitado ao início do texto de apresentação do PPP: “tendo como base

as ações educacionais que realiza - fundamentadas na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.” (MINAS GERAIS, 2015).

No item: “Fundamentos do Projeto Político Pedagógico” observa-se uma apresentação da Educação Profissional em Saúde e sobre a Educação Permanente em Saúde, evidenciando de forma bem contundente que as ações educacionais desenvolvidas destinam-se aos trabalhadores do SUS, de maneira que essas ações possam: “Transformar as práticas e os serviços de saúde; promover o processo ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre os problemas vivenciados na prática das equipes de trabalho e contribuir com a concretização do compromisso social e profissional”. (MINAS GERAIS, 2015, p.24).

É possível observar também, conforme o documento, que a visão da ESP-MG sobre a Educação Permanente consiste em: “proposta pedagógica de cunho progressista - modelo histórico-dialético - realizada a partir da reflexão sobre a prática, de forma contextualizada e problematizadora, gerando a aprendizagem significativa (...)” (MINAS GERAIS, 2015, p. 26-27).

Assim, a partir da leitura e análise do PPP (2015), é possível depreender a relevância que os pressupostos da EPS têm para a ESP-MG. A sua presença no texto é tão marcante, que nos remete à uma relação metonímica entre o conceito e educação permanente em saúde e o mais amplo, de educação.

Sabe-se que o PPP, no entanto, é um documento vivo, passível a mudanças de acordo com as necessidades da instituição de ensino. Assim, uma atualização do PPP foi realizada, concomitante ao processo de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Ao final de 2018 uma versão foi submetida aos trabalhadores para considerações e/ou sugestões e, até o presente, sua versão final não foi publicada.

De toda forma, pode-se dizer que na versão mais recente, observa-se um esforço em tornar mais explícita a concepção de educação da Escola, haja vista que há um subitem com o título: “Concepção crítica de educação”, que, dentre outros aspectos, esclarece:

os alunos trabalhadores, da gestão e do controle social do SUS são considerados sujeitos do processo histórico, que trazem experiências e vivências que não podem ser desconsideradas no processo ensino-aprendizagem. Assim, a escola tem como compromisso não só com que os alunos adquiram conhecimentos, mas também a formação, qualificação e educação permanente de sujeitos críticos que atuem na transformação da sociedade. (MINAS GERAIS,2018a)

Essa última versão destaca ainda, os fundamentos e princípios que devem nortear a prática educativa da ESP-MG, a saber: “a Educação Permanente em Saúde; articulação constante da teoria com a prática; concepção crítica de educação, interdisciplinaridade e andragogia.” (MINAS GERAIS, 2018a, p.62)

Dentre as ações educacionais ofertadas pela Escola, podemos citar: Cursos Livres, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Pós Graduação *Lato Sensu*. Os cursos livres apresentam duração e público variados, caracterizando-se como educação não formal. Contudo, na ESP-MG, esses cursos sempre visam o fortalecimento do SUS.

Nesse trabalho, consideraremos os Cursos Livres para a elaboração dos critérios e diretrizes para utilização dos recursos de TDIC (por meio da educação a distância), visto que tanto a Educação Profissional Técnica de Nível Médio quanto a Pós Graduação *Lato sensu*, possuem legislação específica, que limita a carga horária que pode ser utilizada como EaD. Além disso, no cenário de reimplantação da EaD na ESP-MG é necessário inicialmente, fortalecer a modalidade, vencer preconceitos e conquistar mais trabalhadores para ampliação da oferta.

Desse modo, podemos encontrar três possibilidades de ofertas dos cursos livres: cursos presenciais, em que professores e alunos estão em sala de aula física; cursos semipresenciais ou *blended-learning*: são cursos compostos por encontros presenciais e atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem e cursos realizados totalmente pelo ambiente virtual de aprendizagem.

No que tange a educação a distância, a versão de 2015 do PPP apresenta em seu texto a primeira experiência com a modalidade, vivenciada em 2009. Com a carga horária de 100 horas, a Capacitação Pedagógica em Educação Profissional em Saúde, foi uma ação semipresencial: houve um encontro presencial de 16 horas e as 84 horas restantes foram divididas em atividades no *MOODLE* (MINAS GERAIS, 2015).O Projeto Pedagógico dessa ação destaca a concepção pedagógica interacionista, a educação permanente e a concepção de currículo integrado como seus pilares.(MINAS GERAIS, 2011)

Na versão do PPP de 2015, não é feita referência à legislação de EaD específica. Ainda que cite a LDB como uma das regulamentações que regem a atuação da Escola, não é explicitado o embasamento legal para utilização dessa modalidade, embora já existisse na ocasião, o Decreto 5622/05 que regulamentava o art. 80 da LDB.

As ações eram desenvolvidas pelo “Núcleo de Educação a Distância”, uma “estrutura de apoio”, que tinha um caráter transversal na Superintendência de Educação. A função desse

núcleo era: “desenvolver ações educacionais na modalidade de ensino a distância, mediadas por tecnologia da informação e comunicação.” (MINAS GERAIS, 2015, p. 19).

Na versão mais recente do PPP, ainda não publicada, a educação a distância é vista como a mediação das TIC's, associada aos princípios pedagógicos balizadores da ESP-MG (educação permanente, articulação entre teoria e prática, concepção crítica de educação, interdisciplinaridade e andragogia), possibilitando alcançar os alunos trabalhadores dispersos pelos 853 municípios e ainda um esforço contra o discurso hegemônico de utilização da tecnologia por mero modismo.(MINAS GERAIS, 2018a).

Havia – e ainda há - um descrédito quanto à modalidade na Escola. Essa desconfiança se justifica pelas fragilidades já vivenciadas e apontadas anteriormente, por exemplo, com relação à estrutura tecnológica. Outro fator que pode contribuir também é o preconceito com a própria EaD.

Porém, a comparação das duas versões do PPP, demonstra uma abordagem diferenciada da EaD. Na versão de 2015, ela aparece como uma experiência e na descrição do setor afim. Já na versão de 2018, é possível observar que a EaD é vista como ferramenta que pode mediar, baseada nos princípios pedagógicos, as ações de EPS da Escola.

Essa mudança pode ser fruto do processo de amadurecimento e consolidação da modalidade na Escola, viabilizados pelo Projeto ESP XXI, que tinha, como um de seus produtos, a definição do Modelo de EaD da Escola, de forma que ele fosse financeiramente sustentável, realizado com a expertise dos trabalhadores da ESP-MG.

O PDI da Escola destaca que a EaD foi institucionalizada recentemente, com a criação da Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde - ATEs, em virtude do processo de revisão da estrutura da ESP-MG. (MINAS GERAIS, 2018a)

Sobre os documentos institucionais da ESP, há um fato interessante: a defesa pela utilização da EaD, sempre vem justificada pela possibilidade de se alcançar os alunos dispersos geograficamente em Minas Gerais, com seus 853 municípios. E isso é um obstáculo concreto. Porém, analisando o texto do PDI, quanto à descrição das atribuições da ATEs, temos:

- I. fomentar a utilização de novas tecnologias educacionais para a disseminação do conhecimento nas ações educacionais ofertadas pela ESP-MG;

II. produzir e disseminar informações e conhecimentos sobre o uso de tecnologias digitais nas ações educacionais desenvolvidas na ESP-MG;

III. promover a integração e a coerência dos aspectos pedagógicos e tecnológicos inerentes à educação a distância e presencial com o uso de tecnologias digitais;

IV. ampliar o alcance das ações educacionais ofertadas pela ESP-MG em todo o estado, por meio da educação a distância e do uso das tecnologias digitais da informação e comunicação. (MINAS GERAIS, 2018a)

Nota-se que há outras atribuições de relevância quanto à utilização das TDIC's, que estão além do discurso imediatista e utilitário da tecnologia. Em um primeiro momento, estimula-se a utilização das TDIC's, a partir do uso, é possível produzir e difundir conhecimentos inerentes à sua prática, a partir do conhecimento construído pela prática e teoria, torna-se plausível promover a integração e coerência das dimensões pedagógicas e tecnológicas. Percorrido esse caminho, é que será possível ampliar o alcance das ações educacionais da ESP-MG.

Uma das possíveis explicações para essa inversão, seria exatamente o processo de reimplantação da EaD vivenciado: é preciso “vender” a ideia para a gestão, de que a EaD possibilita atingir mais alunos. A partir desse argumento, conquistamos apoio e voto de confiança. Assim, planejamos e ofertamos uma ação educacional a distância- a parte prática. A partir dos resultados dessa ação, é que conseguimos novos votos de confiança e aposta na modalidade. Então, podemos depreender que foi feito o caminho inverso, exatamente porque estamos em um período de reimplantação da EaD, de uma luta muito grande para conquista e manutenção desse espaço de saber.

No Documento de Transição que foi elaborado pela ESP-MG para a Equipe de Transição do novo Governo do Estado, há, entre outros tópicos, a descrição de metas pactuadas para os primeiros 100 dias de governo. Dentre elas, a oferta de cursos a distância. Sabe-se que o Governo atual possui uma tendência às privatizações. Então, torna-se estratégico para a Escola mostrar sua capacidade e capilaridade na formação de alunos trabalhadores do SUS, transformando a EaD em uma estratégia importante.

Por outro lado, esse novo olhar para a EaD da ESP exige cautela. Do contrário, entraremos na lógica da produção de números, de alunos, mas corremos os riscos de perder a essência pedagógica de nossas ações educacionais.

Assim, a proposição de critérios (entendendo que eles possuem um caráter norteador da prática) e diretrizes (enquanto orientações que possibilitem o atendimento aos preceitos da EPS), para aplicação dos recursos das TDICs, nas ações educacionais presenciais, a distância e mistas (“*blended learning*”) da ESP-MG, será um esforço para que possamos desenvolver EaD que vá além do discurso fetichizado da tecnologia.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos, no início deste trabalho, de algumas inquietações que se apresentavam à esta pesquisadora, a respeito da utilização da educação a distância na ESP-MG, a saber:

- O que irá assegurar a perenidade da EaD na escola?
- Considerando que a ESP-MG está reimplantando a EaD, qual o nosso conceito de educação a distância?
- Quais os modelos de EaD existentes e como eles se aplicam nas ações de EPS?
- Como atrair a adesão de outros trabalhadores à utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), de modo a consolidar a educação a distância na escola?

Essas inquietações levaram-nos ao seguinte problema: A ausência de critérios e diretrizes quanto à aplicação dos recursos de TDICs nas ações educacionais presenciais, à distância ou mistas, ofertadas pela referida Escola, de forma que a Educação Permanente em Saúde seja efetivamente potencializada por estas ferramentas.

Assim, o desenvolvimento do presente estudo possibilitou, a partir da análise documental, diversas reflexões sobre o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação nas ações educacionais ofertadas pela ESP-MG e essas por sua vez, nos levam à proposição dos critérios e diretrizes.

A primeira a ser destacada, se refere à perenidade da EaD. A incerteza quanto à continuidade provém das experiências vivenciadas pela Instituição. Por outro lado, as ações que a ESP-MG desenvolveu nos últimos 5 (cinco) anos, no âmbito do Projeto ESP XXI, que se propunha, dentre outros objetivos a desenvolver um modelo de EaD sustentável financeiramente e, posteriormente a estruturação de um setor específico para essas ações, demonstram que a modalidade está se consolidando. No entanto, cumpre destacar que a despeito do que já foi conquistado, o contexto político-econômico pode se constituir como uma ameaça à Ead e ao funcionamento da ESP-MG de maneira geral.

A segunda questão se relaciona com a primeira, à medida que não basta a existência de um documento que legitima a EaD na instituição, tampouco um setor. É necessário que este

setor, sempre e cada vez mais, promova reflexões e discussões a respeito de seu objeto de trabalho. Vimos, na revisão bibliográfica, os fascínios que o uso das tecnologias podem desencadear na educação e os efeitos nocivos da adesão irrefletida. Assim, um movimento interessante foi realizado quanto à atualização do PPP. Ao identificar que o texto estava distante do que a equipe da ATES acreditava sobre educação a distância, foram realizadas sugestões que culminaram em uma nova redação, digamos que com a “cara” da ATES. Mesmo que o PPP ainda não tenha sido publicado, esse posicionamento do setor demonstra o esforço em demarcar seu espaço de conhecimento. Vale ressaltar que esse conceito também não é estanque nem neutro. Ele foi construído a partir das influências exercidas pelo contexto histórico.

Quanto aos modelos de EaD e como eles se aplicam às ações educacionais da ESP-MG, especificamente dos cursos livres (como explicado anteriormente), podemos elencar: cursos presenciais, em que professores e alunos estão em sala de aula física; cursos semipresenciais ou *blended-learning*: são cursos compostos por encontros presenciais e atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem e cursos realizados totalmente pelo ambiente virtual de aprendizagem. Esse último, ainda pode se subdividir em: Cursos com Tutoria - quando há um Tutor acompanhando o processo de ensino-aprendizagem e – quando não há a presença do Tutor.

A utilização desses recursos nas ações de EPS suscita algumas ponderações. A primeira delas é o esclarecimento de que nem toda ação educacional realizada para o trabalhador da saúde trata-se de educação permanente em saúde. Principalmente se considerarmos o “quadrilátero da formação”, que envolva: o trabalhador, o gestor, o usuário e o controle social. Muitas vezes, sendo um curso realizado para um público específico e limitado, estaremos falando na verdade de educação continuada.

Porém, vimos na revisão bibliográfica que muitas ações de educação continuada, podem ter características da educação permanente em saúde, quando analisamos seus pressupostos pedagógicos. À esse respeito, também a documentação analisada da ESP-MG, reitera em diversos momentos a EPS como um referencial político-pedagógico. Isso implica em considerar: o trabalho como espaço educativo, a aprendizagem significativa e metodologias ativas. Sem perder de vista o PPP, onde são apontados os princípios pedagógicos que devem nortear as ações educacionais: “articulação constante da teoria com a prática; concepção crítica de educação, interdisciplinaridade e andragogia” (MINAS

GERAIS, 2018a). Assim, essas concepções deverão materializar-se nas ações educacionais ofertadas em EaD, independente do modelo adotado.

Quanto a adesão de outros trabalhadores da Escola à modalidade, é preciso inicialmente levar em conta o preconceito que ainda existe com relação à ela. O que também não se trata de uma especificidade da ESP-MG, pois

No campo da educação, todavia, a integração das TIC tende a ser muito mais baixa e lenta, devido às características estruturais e institucionais típicas dos processos educacionais, tradicionalmente resistentes a mudanças e a inovações pedagógicas e técnico-administrativas que a integração dos novos dispositivos necessariamente acarreta. (BELLONI, p.38-39, 2018)

Porém, a despeito do preconceito e desconfiança, é preciso realizar o trabalho de convencimento dos trabalhadores. Um dos caminhos possíveis é por meio da realização de ações em EaD. Os próprios resultados dessas ações, as avaliações realizadas com opiniões dos alunos, serão a melhor propaganda, de forma que possamos conseguir novos votos de confiança para a modalidade. O outro caminho é pelo fortalecimento teórico-conceitual da equipe. Isso significa qualificar as discussões e os debates acerca das ferramentas a serem utilizadas, tendo sempre como base o Projeto Político Pedagógico da Escola.

Assim, após a sistematização dos conceitos de educação e educação a distancia, além dos respectivos pressupostos legais, vimos que a EaD é acima de tudo educação. E que a educação é carregada de sentidos, sendo que um dos mais difundidos é seu caráter redentor.

Porém, entendemos aqui que não podemos seguir esse caminho ingênuo, acreditando que a EaD seria capaz de resolver todos os problemas da saúde, por melhor que seja uma ação educacional planejada nessa modalidade. Como aponta Saviani: “A educação, portanto, não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática”. (SAVIANI, 2018, p. 58).

Caracterizando a Educação Permanente em Saúde, foi possível perceber a importância dessa política para as escolas de saúde – em especial para a ESP-MG, além de evidenciar também que trata-se de uma política para e do SUS, mas estamos diante de um sistema que

vem sofrendo diversos ataques de tal forma que muitos serviços oferecidos ficam comprometidos.

Ainda sobre a EPS, vimos que ela preconiza a reflexão sobre o trabalho – entendido como um espaço educativo, assim, baseia-se nas metodologias ativas, tendo na problematização sua principal estratégia e na aprendizagem significativa: o conhecimento produzido possui sentido para o trabalhador do SUS, uma vez que possibilitará repensar a sua prática.

No entanto, as mudanças impostas pela atualização da política trazem um cenário de incertezas quanto ao protagonismo das escolas de saúde na condução e difusão da política.

Quanto à problematização sobre o uso das tecnologias em educação, entendemos que ela deve pautar-se em uma apropriação crítica, uma vez que ela tanto pode ser uma ferramenta engajada em formar trabalhadores críticos, com potencial para propor mudanças em seu processo de trabalho, quanto pode ser mais um instrumento de formação em massa, ou mero repasse de informação. Riscos que existem caso a visão predominante seja: ‘a possibilidade da EaD alcançar os 853 municípios de Minas Gerais.’ É claro que ela permite alcançá-los sim, porém, não podemos perder de vista os pressupostos pedagógicos da EPS.

Assim, percorrido esse caminho reflexivo, chegamos à proposição de critérios (entendendo que eles possuem um caráter norteador da prática) e diretrizes (enquanto orientações que possibilitem o atendimento aos preceitos da EPS), para utilização dos recursos de TDICs nas ações educacionais presenciais, mistas ou totalmente a distância, com ou sem tutoria.

Em todas as ações educacionais o que deve nortear a utilização das TDICs é sempre um olhar crítico para o Projeto Pedagógico da ação educacional. Ele deriva de um projeto maior, da instituição. É nele que são explicitados (em consonância com o PPP) a concepção pedagógica, os objetivos da ação, a justificativa, a metodologia, enfim. Mas quais critérios poderiam levar à opção pela utilização? No caso de ações presenciais, é possível identificar que as TDIC podem ser utilizadas quando a intenção é ampliar ou complementar uma informação/conhecimento sobre determinado assunto. Pode ser utilizada também para discutir e comparar temas relacionados ao assunto, além disso, também pode ser utilizada para que o aluno possa pesquisar ou explorar determinada ferramenta, como um *software*, por exemplo.

Já nas ações educacionais à distância com tutoria, podemos elencar os critérios: Possibilidade de atingir um grande número de alunos dispersos geograficamente, a existência de um tema que suscita problematizações e discussões entre os participantes, situação em que o Tutor tem um papel de destaque para a mediação e construção do conhecimento.

Quando se trata de um tema geral, normalmente com origem em algum protocolo ou portaria que especifique determinado procedimento, ou seja, o conteúdo tem um caráter mais “prescritivo” e informativo, é possível considerar a utilização de ações educacionais a distância auto-instrucionais (em que não há acompanhamento pelo Tutor). Nesses casos, como não há Tutor, deverá ser bem explorada a interatividade do aluno com o material. Há algumas ações, porém, em que, embora seja possível atingir um grande número de alunos dispersos geograficamente, é necessário que laços e afinidades sejam criados, de forma a potencializar a mediação, a interação, discussão e problematização no ambiente virtual de aprendizagem. Nesses casos, a melhor opção seria o “blended-learning”, ou ações educacionais mistas, que mesclam momentos presenciais e a distância.

Essa é inclusive uma tendência para as ações na modalidade a distância, exatamente porque ela rompe com a lógica da separação entre “educação presencial” e “educação a distância”, ao propor que o melhor de cada modalidade seja aproveitado em momento oportuno.

Avaliando o cenário atual da ESP-MG, esse modelo seria uma proposta para o futuro, uma proposta de longo prazo. No atual contexto político-econômico de Minas Gerais, é importante que a escola apresente como resultado, um alto volume de alunos concluintes das ações educacionais. Então, é possível observar uma tendência maior para os cursos com tutoria e autoinstrucionais.

No entanto, vale ressaltar novamente que, para além do número de alunos, (dos 853 municípios) é importante que a ESP-MG volte seu olhar para estratégias educacionais à luz do referencial pedagógico da Educação Permanente em Saúde., o que nos leva às diretrizes.

Compreendemos que as diretrizes são transversais, independente do tipo de ação, pois estamos falando, sobretudo de Educação, independente da modalidade. Dessa forma, em qualquer modalidade, seja ela presencial, à distância (com tutoria e auto-instrucional) e híbrida (*blended-learning*), as diretrizes estão ancoradas nos pressupostos pedagógicos definidos no PPP da ESP-MG, a saber: aprendizagem significativa, utilização de

metodologias ativas, sobretudo por meio da problematização, articulação constante da teoria com a prática, concepção crítica de educação, interdisciplinaridade e andragogia.

A realização desse trabalho possibilitou a revisão bibliográfica sobre os temas percorridos, além da análise dos documentos legais correlatos e documentos internos da ESP. Foi um exercício árduo, que me remete à explicação de Minayo sobre um dos princípios do método dialético: “Cada coisa é um processo, isto é uma marcha, um tornar-se. Cada ser (pessoa, grupo, instituição, animais, plantas) está submetido à lei interna do movimento, contém em si o passado, mas está em plena realização.” (MINAYO, 2014, P.341).

Assim, ao mesmo tempo em que eu vivenciei um momento da ESP de muita fragilidade na EaD, também participei de sua reimplantação, ao mesmo tempo em que ajudava a produzir alguns documentos enquanto trabalhadora da Escola, eu também lançava o olhar inquiridor para aquela produção. Este fato reforçou a noção do homem enquanto um ser histórico, frutos das relações de poder em determinado momento. Realizar uma análise sobre a reimplantação da EaD nos últimos cinco anos possibilitou ver o quanto avançamos – mas nos traz a certeza de que estamos apenas começando.

É justamente pela certeza de estar começando, que esse trabalho encontra algumas limitações. Os critérios e diretrizes, aqui propostos, direcionam-se para os cursos livres. Percebe-se, assim uma lacuna com relação à oferta de especializações e cursos técnicos profissionalizantes de nível médio. Essas duas modalidades, porém, demandam um estudo pormenorizado, principalmente no que concerne a legislação pertinente quanto à utilização dos recursos de TDIC em ambas as modalidades.

A proposta dos critérios e diretrizes para utilização dos recursos de TDIC's terá sentido se eles forem colocados em prática. Assim, no futuro, é fundamental voltar o olhar para a prática, a fim de investigar a efetividade da aplicação desse conhecimento. De fato, eles são suficientes para nortear a prática dos trabalhadores da ESP-MG? A utilização desses elementos agregou qualidade à EaD da Escola? Dessa forma, percebe-se aqui um movimento constante de retroalimentação: a teoria subsidia a prática, que busca a teoria para explicar a prática, num movimento sem fim, que nos convida ao desenvolvimento de outros estudos, outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABED. **Censo EAD. BR:** relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017. Curitiba, PR: Intersaberes, 2018.

BARBOSA, Alexandre F. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas empresas brasileiras:** TIC empresas 2017. São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018, 3.700 Kb, PDF. Disponível em <
<https://www.cetic.br/publicacoes/indice/pesquisas/>>

BACKES, Luciana; SCHLEMMER, Eliane. **O Aprender e o Ensinar na Formação do Educador em Mundos Virtuais.** Educere et educare Vol. 2 jul./dez. 2007 n° 4 p. 129-140.

BARRETO, Raquel Goulart. **A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente.** Educ. Soc., Campinas , v. 33, n. 121, p. 985-1002, dez. 2012 . Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 dez. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000400004>.

BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-Educação: noção e evolução conceitual, tendências e bases pedagógicas.** In: Educação e tecnologias: reflexões e contribuições teórico-práticas org. Daniel Mill et AL, São Paulo, Artesanato Educacional, 2018, 202p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo, Ed. Brasilienses, 12ed, 1984.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 8.080**, de 20 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM no. 198, de 13 de fevereiro de 2004.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 141, n. 32, 2004. Seção 1, p. 37-41.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM no. 1996, de 20 de agosto de 2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 11,** de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017.

_____. Ministério da saúde. **Portaria nº 3.194,** de 28 de novembro de 2017. Dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Manual Técnico 2018** - Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS - PRO EPS-SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo; *et al.* **A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática.** Ciência e Saúde Coletiva, vol.22,n.5, p.1489- 1500, 2017.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C. M.. **O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social.** Physis, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 41-65, June 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Abril. 2018.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean et al (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 295-316.

ENGELS IN: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política.** Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2ed. 2008, 285p.

FARIA, Sidônio. **Educação e Formação.** Disponível em: <<http://supervisaoclinicaenfermagem.wikidot.com/educacao-e-formacao>>. Acesso em 19 de janeiro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. Lei 21.077, de 27 de Dezembro de 2013. Altera as Leis Delegadas nº 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado, e nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Belo Horizonte, 2013.

_____. Governo do Estado. **Lei 22.257**, de 27 de Julho de 2016. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte, MG. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. **Resolução nº. 6.287**, de 26 de junho de 2018. Constitui Grupo de Trabalho Estadual responsável pela condução da elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em saúde com ênfase nas diretrizes do PROEPS - SUS.

_____. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais **Plano de Curso: Qualificação Pedagógica em Educação Profissional em Saúde**. Belo Horizonte, MG. 2011.

_____. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais **Projeto ESP XXI**. Apresentação Geral. Belo Horizonte, MG. 2014.

_____. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte, MG. 2015. Disponível em: < <http://esp.mg.gov.br/>>

_____. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Regimento Interno**. Belo Horizonte, MG. 2015.

_____. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Missão**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.esp.mg.gov.br/sobre/institucional/missao-visao-e-valores>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

_____. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Belo Horizonte, 2018a (mimeo).

_____. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Documento de Transição**. Belo Horizonte, 2018.

GIGANTE, Renata Lúcia; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Política de formação e educação permanente em saúde no Brasil**: bases legais e referências teóricas. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 747-763, Dec. 2016. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462016000300747&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 3ed, 2006.

KUENZER, Acácia. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol.28, n.100 – Especial, p.1153-1178, out.2007.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. - São Paulo: Ed.34, 1999. 272 p.

LOBO NETO, F. J. S. **Educação a distância: Formas e Normas**. Texto transcrito de participação de Mesa Redonda em Seminário na FGV, 2006. Disponível em: <<http://floboneto.pro.br/tecnologiaEducacional.html>>. Acesso em 14 de setembro de 2017.

LOURENÇO, Iolando. RICHARD, Ivan. "As conquistas sociais e econômicas da Constituição Cidadã". EBC, out. 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-04/conquistas-sociais-e-economicas-da-constituicao-cidada>>

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MACHADO, Denise Selbach. **Filosofia Institucional: Missão, visão e valores do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2009.

MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. **Educação Permanente em Saúde: educação, saúde, gestão e produção do cuidado**. Disponível em: <https://static.atencaobasica.org.br/II_Mostra_EP/EPS-educacao_saude_gestao_e_producao_do_cuidado_Merhy_e_Laura.pdf>

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>.

MILL, Daniel (org). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14 Ed- São Paulo: Hucitec, 2014

MITRE, Sandra Minardi et al . **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, Dec. 2008.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa: um conceito subjacente in** Moreira, M.A., Caballero, M.C. e Rodríguez, M.L. (orgs.) (1997). *Actas del Encuentro Internacional sobre el Aprendizaje Significativo*. Burgos, España. pp. 19-44.

OLIVEIRA, Marluce Alves Nunes. **Educação à Distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios**. *Rev. bras. enferm.*[online]. 2007, vol.60, n.5 [cited 2016-12-15], pp.585-589. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672007000500019&lng=en&nrm=iso>.ISSN00347167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672007000500019>. Acesso em 8 Dez.2016.

PAIVA-GUTIERREZ, Lauriana G.**O fetiche tecnológico na educação**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, 204p.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2012.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; COSTA, Ana Maria; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. **Justiça social, democracia com direitos sociais e saúde: a luta do Cebes**. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 42, n. 116, p. 5-10, Jan. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811600>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 43 ed, 2018.

SILVA, Kênia Lara; MATOS, Juliana Alves Viana, FRANÇA, Bruna Dias. **A construção da educação permanente no processo de trabalho em saúde no estado de Minas Gerais, Brasil**. Escola Anna Nery, 2017.

SILVA, Gildemarks Costa e. **Tecnologia, educação e tecnocentrismo: as contribuições de Álvaro Vieira Pinto.** *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, Dez 2013, vol.94, no.238, p.839-857. ISSN 2176-6681

TORI, Romero. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem.** São Paulo, Ed. Senac São Paulo, 2010.

VALLE, Lilian do; BOHADANA, Estrella. **Sobre presença e distância – reflexões filosóficas acerca da formação online.** 33ª Reunião ANPED.2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT17-6042--Int.pdf>

VARGAS, F. M. A et al. **A educação a distância na qualificação de profissionais para o Sistema Único de Saúde: metaestudo.** *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro v.14,n.3 p.849-870, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462016000300849&lng=pt&nrm=iso; acessos em 12 dez. 2016.

ZANOTTO, Maria Angélica do Carmo et al; **Hibridização do ensino em uma IES: delineamento de ações pedagógicas para adoção de 20% a distância em cursos de graduação presenciais, das autoras.** Simpósio Internacional de Educação a Distância. Universidade Federal de São Carlos. Setembro 2014. Disponível em: <http://www.sied-enped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/742>.